



**SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PONTOS DAS 9 TESES AO 2º CONGRESSO DO PSOL – 2009
CONTRIBUIÇÃO DO MANDATO CHICO ALENCAR (PSOL/RIO)**

ÍNDICE

	<u>Página</u>
I - A CRISE GLOBAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS _____	3
II - OS SOCIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE _____	7
III - GOVERNOS LATINO-AMERICANOS DE ESQUERDA _____	11
IV - O GOVERNO LULA _____	15
V - A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO _____	19
VI - O PSOL _____	23
VII - A REORGANIZAÇÃO SINDICAL _____	27
VIII - A DISPUTA ELEITORAL DE 2010 _____	31
IX - LINHAS GERAIS DE UM PROGRAMA PARA O BRASIL _____	35
X - AS ALIANÇAS _____	39

OBS: a numeração dos itens transcritos de cada uma das 9 teses, em cada um desses 10 temas, é a mesma que consta das próprias. Elas estão mencionadas, de 1 a 9, na ordem de registro na Secretaria Geral.



2 CONGRESSO NACIONAL DO

UMA ALTERNATIVA CONTRA A CRISE

PSOL

21, 22 e 23

de AGOSTO

SÃO PAULO - SP

Soc. de Soc.
E Ligeirade

I - A CRISE GLOBAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

I - A CRISE GLOBAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil (encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo (encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate (encabeçam o apoio Babá e Sílvia Santos, CST)
<p>2. O modelo neoliberal imposto pelo Consenso de Washington aos países periféricos – no qual o Estado é forte para financiar e subsidiar de forma privilegiada o grande capital, mas mínimo para o atendimento de justas demandas sociais –, embora abalado em seus alicerces, não foi desmontado. A partir de premissas estabelecidas pelo FMI, sob controle incontestável dos interesses norte-americanos, saiu intocado da última reunião do G 20. Para quem conheceu o Proer no nosso passado recente, as soluções não foram originais: despejo de dinheiro público nos cofres do sistema financeiro, seguindo a lógica de privatização dos lucros e de socialização dos prejuízos. Como o define Noam Chomsky, o capitalismo termina por se afirmar como um “socialismo dos ricos”.</p> <p>3. Nesta crise, o desemprego maciço, uma vez mais, castiga os trabalhadores do capitalismo mundial avançado e da periferia. A concentração de renda e riqueza atinge níveis inéditos na história da humanidade. Os Estados Unidos, com algo em torno de 5% da população mundial, consome 30% da energia que o mundo pode produzir. Manter tal paradigma obriga a intervenções em todas as partes do planeta onde existam reservas importantes de minerais fósseis – o Oriente Médio, em particular – causando permanente clima de insegurança. A par disso, e como consequência, constata-se uma situação de descalabro ecológico de proporções planetárias.</p>	<p>1. A doutrina neoliberal assumida pelo Estado Capitalista, diante da hecatombe representada pela crise mundial, rendeu-se aos apelos para que este salve o mercado, desviando verbas públicas para salvar os bancos e os grandes conglomerados empresariais. Hoje a defesa de medidas protecionistas pelos principais governos do mundo capitalista ilustra o cinismo ideológico contido no discurso da livre iniciativa e do livre comércio.</p> <p>2. Atualmente, a tarefa prioritária de Obama é administrar o agravamento da crise do sistema capitalista, cuja dimensão não tem paralelo histórico. Por mais que os governos injetem dinheiro nos grandes conglomerados para evitar as falências, o que conseguem é retardar o processo. A gravidade é tal que são justamente as grandes multinacionais, que nos últimos anos tiveram lucros recordes, que mergulharam em falências generalizadas.</p>	<p>1. A crise econômica capitalista abriu uma nova situação mundial. A teoria da nova ordem e do triunfo do capitalismo ficou insustentável. Não se trata da crise do “modelo” neoliberal, que poderia ser substituído por outro modelo capitalista “mais humano” e regulado. É, de fato, a crise do sistema capitalista mundial, dominado pelo imperialismo, o capital financeiro e as multinacionais. Os capitalistas, como não conseguem todo o lucro que pretendem na produção de bens, pois precisariam levar à escravidão os trabalhadores do mundo, dedicam-se, fundamentalmente, a especular. Graças à tecnologia da era da globalização, buscam “oportunidades”. Pulam das empresas ponto com aos títulos da dívida pública, ou às commodities, apostando na alta do petróleo, da soja, entre outros, acumulando cada vez mais riqueza em poucas mãos. (...) Como marxistas, a definimos como uma crise clássica, provocada pela tendência à queda da taxa de lucro, com a consequente crise de superprodução, que explode na mega-especulação, característica da globalização financeira.</p> <p>2. Mas a crise não é só econômica. É também política. De maior dificuldade para o imperialismo manter sua dominação, que permanece hegemônica, mas sofre resistência. Nos EUA ressurgem as lutas: imigrantes em 2006, algumas greves operárias contra o desemprego. O voto em Obama foi clara rejeição aos anos de Bush e de anseio de mudança, que será frustrado, já que o novo presidente foi apoiado pelas grandes corporações para enfrentar com “cara nova” o período de crise. No plano internacional, enfrentam a resistência afegã, que controla 70% do país. O resultado da invasão do Iraque lembra o Vietnã. Na Palestina, segue a resistência, mesmo após os constantes ataques a Gaza. Na América Latina, os EUA não conseguiram derrotar os processos revolucionários e os governos de Chávez e Morales. Na Europa, o imperialismo se depara com um movimento de massas que não ficou passivo à retirada de direitos, com vanguarda na França. A resistência nestas últimas décadas tem sido fundamental para dificultar o aumento da super exploração num nível em que os capitalistas impedissem a crise.</p>

I - A CRISE GLOBAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

4. Colocar o socialismo na ordem do dia <i>(encabeçam o apoio Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)</i>	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil <i>(encabeçam o apoio, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)</i>	6. Novos tempos para o PSOL <i>(encabeçam o apoio Ivan Valente e José Nery, APS)</i>
<p>16. O dia 15 de setembro marcou simbolicamente a “queda do Muro de Berlim” do capitalismo, com a quebra do Lehman Brothers. Os líderes capitalistas entraram em pânico, vendo o chão sumir sob seus pés. A retórica neoliberal foi abandonada sem grande cerimônia e enormes pacotes foram lançados numa tentativa de salvar o sistema de um colapso.</p> <p>17. Mas, ao mesmo tempo em que trilhões são destinados principalmente para salvar bancos e grandes empresas, a crise mostra a barbárie do capitalismo, com dezenas de milhões de trabalhadores, sem nenhuma culpa pela crise, perdendo seus empregos e a pobreza aumentando pelo mundo.</p> <p>18. Os governos tentam criar a ilusão de que “o pior já passou”, para acalmar os ânimos e tentar criar um clima de que suas medidas desesperadas estão tendo efeito. Por outro lado, “a gravidade da crise” continua a ser usada como uma arma para impor novos ataques contra os trabalhadores, retirando todo direito possível que a classe trabalhadora conseguiu conquistar.</p> <p>22. Por isso, o cenário mais provável é o de uma crise prolongada, que incluirá momentos de leve recuperação antecedendo novas quedas. Dentro dos marcos do sistema capitalista, a única maneira do capitalismo se recompor é com uma enorme queima de capital, incluindo fechamento de fábricas e demissões em massa de trabalhadores. Lembremos que o capitalismo mundial só se recuperou de verdade depois da depressão de 1929-33, com a barbárie da Segunda Guerra Mundial. Por isso, a única saída para os trabalhadores é lutar para superar o sistema capitalista.</p>	<p>1. A atual crise econômica e financeira, a mais grave dos últimos oitenta anos, deve ser vista como parte de uma crise mais ampla do capital, de seu modo de produção e da civilização que ele moldou. Já antes da eclosão da crise, a acumulação de capital vinha sendo responsável não apenas pela degradação do trabalho humano e pela concentração da riqueza nas mãos de um reduzido número de empresários e instituições financeiras, mas também por uma lógica irreparável de destruição dos recursos naturais e de mudança catastrófica do clima, produzindo um rápido aquecimento global. A crise ambiental se desdobra também em crise alimentar, energética e hídrica. Há, portanto, uma confluência de crises de temporalidades diversas.</p> <p>16. Tudo indica que o capitalismo entrou em uma longa fase depressiva, que acirrará a concorrência entre empresas e países e terá um impacto desastroso sobre as condições de vida da população trabalhadora. Os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que poderá haver 20 milhões de novos desempregados no mundo até o final de 2009, um aumento de quase 10 pontos percentuais. De outro lado, a crise ecológica: os impactos destrutivos dos processos industriais, agrícolas, extrativistas e urbanos promovidos pela expansão da acumulação de capitais geram uma crise ambiental cada vez mais grave e visível em escala global. Os dados deixam claro que daqui até o final do século a vida no planeta mudará dramaticamente. Regiões historicamente ligadas ao plantio de certos alimentos se tornarão hostis a eles, a elevação do nível do mar causará transtornos aos habitantes das cidades litorâneas e extremos climáticos de curta duração, mas de grande intensidade, trarão mais enchentes e deslizamentos de encostas. A Amazônia poderá se transformar, em grande parte, em uma grande savana, causando um impacto extremamente grave sobre o clima de toda a América do Sul. Trata-se de um desequilíbrio geral das condições que viabilizaram a manutenção das atuais formas de vida no “sistema Terra”. O crescimento da desigualdade, que é acompanhado pela degradação dos laços de solidariedade, com a expansão da violência, o retrocesso dos direitos humanos, leva à difusão de formas de sociabilidade cada vez mais regressivas. O choque entre a estreiteza da forma mercantil capitalista de produção e distribuição de riquezas (a forma valor), é incapaz de incorporar elementos qualitativos nos seus processos de tomada de decisão, com o aproveitamento da enorme produtividade do trabalho e da capacidade criativa estabelecidas pelo atual nível de desenvolvimento técnico e científico para a melhoria da vida humana.</p>	<p>7. A crise é o aguçamento das contradições imanentes do próprio capital, mas nem por isso essas contradições o levam ao caminho definitivo de sua crise final, nem o libertam delas para o momento subsequente. Por outro lado, por ser historicamente determinado, o modo de produção capitalista engendra a possibilidade de superação da crise por ele mesmo posta, resguardando e recolocando as contradições antes por ele aguçadas. Este caminho produz crises cada vez mais profundas e com intervalos de tempos cada vez menores, levando-o a seu limite.</p> <p>10. Reconhecer que o neoliberalismo entrou em declínio não é a mesma coisa do que concluir que a crise derrotou a burguesia. Ao contrário, apesar desta curva descendente a burguesia segue ativa, na ofensiva e disposta a tudo para “salvar” o capitalismo. Esta situação contraditória, que faz coincidir a crise econômica com vitalidade política da classe dirigente, não é duradoura: ou a sobreestrutura tende a declinar acentuadamente ou a infraestrutura tende a se recompor.</p> <p>16. Os dados comprovam as poucas iniciativas capazes de enfrentar a gravidade da crise e, quando tomadas, dirigidas para proteger o capital e socializar seus prejuízos. Assim, o governo Lula só operou medidas para salvar bancos, montadoras e empreiteiras, despejando recursos do Estado a partir da pressão daqueles mesmos setores que tiveram altos lucros no passado e participaram da especulação financeira. O caso das montadoras é exemplar. No ano passado, com lucros altíssimos e capitalizadas, remeteram R\$ 11 bilhões ao exterior. Na crise, os governos Lula e Serra despejaram 8 bilhões de reais em ajuda sem nenhuma contrapartida social ou garantia do emprego. Ou seja, o governo e os trabalhadores brasileiros passaram a financiar os prejuízos das matrizes no exterior.</p>

I - A CRISE GLOBAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

<p>7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas <i>(encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)</i></p>	<p>8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista <i>(encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)</i></p>	<p>9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade <i>(encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)</i></p>
<p>15. A nova realidade econômica mundial já atingiu o Brasil de modo pesado e terá fortes repercussões nas relações entre as classes, no ânimo da população, possivelmente na própria atividade política e social do movimento de massas. As crises, por si mesmas, não apontam caminhos progressistas para serem resolvidas. Mas as crises sacodem consciências e exigem reflexões e mudanças. A questão são seus conteúdos e seus tempos.</p> <p>16. Nossa previsão geral é de que aumentarão todas as contradições e conflitos sociais, tendo sido aberta a possibilidade de que a recessão atual traga como desdobramento, no futuro, um nível de atividade bem superior do movimento de massas, como ocorreram logo depois das recessões vividas pelo país em seus últimos 40 anos. Para entender os desdobramentos desta nova etapa em que entramos no Brasil, portanto, não podemos ser céticos, ou seja, não enxergar as imensas oportunidades que se abrem. Por outro lado, não podemos encarar a crise de uma forma alvissareira, uma vez que seu desdobramento é dramático para o povo: perda de empregos e direitos e condições de vida piores para milhões de pessoas. Ademais, prever maiores enfrentamentos e conflitos de classe não significa prever o desenvolvimento natural de uma saída mais à esquerda.</p>	<p>1. A crise capitalista, expressa em 2007 com a quebra do mercado imobiliário norte-americano, embora tenha tido sua primeira expressão na arena financeira, é a manifestação conjuntural de uma crise sistêmica (econômica, portanto), resultante do rompimento da barreira erguida pelas contradições mesmas do modo de produção capitalista, ao expandir-se além de certos limites. Agiram nesse sentido, como em toda crise capitalista “clássica”, por um lado, a tendência à queda da taxa de lucro, que pressiona por mais e mais reduções na parte variável do investimento, ou seja, à parte distribuída em salários, em relação à parte gasta em meios materiais de produção; e, por outro lado, a tendência do capital a expandir-se permanentemente. A Grande Depressão foi a primeira crise que expôs com clareza esse fenômeno.</p> <p>5. O novo momento, embora favoreça, pela dinâmica de conflitos já iniciada, a atuação organizada da classe trabalhadora na defesa de seus direitos, e portanto jogue a favor de sua reorganização e retomada de consciência, não significa que está dada de antemão uma mudança na correlação de forças entre as classes a nível mundial. A correlação ainda é desfavorável aos trabalhadores e povos oprimidos do mundo. Não foi superada por nenhum lance decisivo, no front das guerras e da luta de classes, a situação de derrota desenhada, a partir de fins dos anos 70, pelos brutais cortes de direitos, informatização, desorganização, cooptação das lideranças, retrocesso na consciência classista dos trabalhadores e nas organizações socialistas, resultantes da ofensiva neoliberal. Além disso, a recessão, ao incrementar o desemprego e o retrocesso na renda dos assalariados, joga a favor de políticas defensivas e de colaboração (do tipo “dividir sacrifícios” e “apertar cintos”). Para os socialistas, a luta pela hegemonia ideológica e a revolução social continua sendo, por ora, uma luta de longo prazo, uma maratona em que se deve manter a estratégia firme e o ritmo constante.</p> <p>8. Se as guerras e conflitos regionais não são novidade no mundo desde o colapso da União Soviética e especialmente depois do 11 de Setembro, a abertura de um longo período de crise econômica e de recessão mundial cria obstáculos importantes para a articulação de intervenções militares e políticas pelo imperialismo, abrindo um período em que os conflitos regionais tenderão a se intensificar, dada a luta entre frações do imperialismo e blocos econômicos por recursos e preservação de mercados, além da busca de espaço ou consolidação de áreas de influência regionais.</p>	<p>10. Inaugurou-se um período histórico de crises sucessivas e profundas no centro do sistema capitalista, com grandes conflitos sociais e políticos e ataques sistemáticos ao padrão de vida das massas populares dos países desenvolvidos.</p> <p>11. Nos países dominados as contradições serão ainda mais agudas.</p> <p>12. No desenvolvimento desse enredo, a pauta de mudança do sistema pode surgir novamente na avenida.</p> <p>42. Esta realidade nos contempla com uma crise estrutural, de novo tipo, no sistema capitalista mundializado, e, até agora, nenhum receituário eficiente para debelá-la se apresentou.</p> <p>43. Ao contrário, as medidas de cunho neoliberal tendem a agravá-la de modo intenso e rápido porque:</p> <p>44.a) intensificam a guerra inter-monopolista, a concentração e a centralização de capital, forçando também a guerra pela produtividade e acelerando a incorporação de mais tecnologia e racionalização da produção, isto é, mais e mais trabalho morto (capital constante) e menos e menos trabalho vivo;</p> <p>b) aumentam o desemprego estrutural, inclusive nos países dominantes, gerando legiões de excluídos e miseráveis, e, consequentemente, barbárie;</p> <p>c) aumentam o volume de capitais especulativos que não podem ser investidos na produção sob pena de explodirem a economia mundial com uma inimaginável crise de superprodução, que se transformou numa ameaça constante para o sistema;</p> <p>d) Os padrões de produção e de consumo atingem a insustentabilidade total.</p> <p>45. A simples manutenção dos atuais padrões de consumo pode tornar a biosfera terrestre imprópria para a vida humana em poucas décadas. O que dizer então da ilusão irracional de que seria possível elevar o padrão de produção e consumo dos países pobres e dominados ao nível dos países “desenvolvidos” dominantes?</p>



II - OS SOCIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE

II - OS SOCIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil <i>(encabeçam o apoioamento Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)</i>	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo <i>(encabeçam o apoioamento Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)</i>	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate <i>(encabeçam o apoioamento Babá e Silvia Santos, CST)</i>
<p>4. Nada garante uma saída progressista para a crise atual. Uma situação só pode ser considerada verdadeiramente favorável quando se dispõe de força política de massas que faça frente à reação. Nesse sentido, vale lembrar que a crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973-1979 — quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e desemprego com altas taxas de inflação, a chamada estagflação —, encontrou sua saída pela direita, desconstruindo direitos sociais com a imposição das contra-reformas neoliberais. Estas foram impostas tardiamente no Brasil na década de 90 — iniciadas por Collor, consolidadas e ampliadas brutalmente por Fernando Henrique e mantidas intocadas por Lula. O sistema capitalista sabe reciclar seus adversários e enquadrar os outsiders. Isso ficou claro, no Brasil, com a guinada ideológica e programática de Lula, do PT e da CUT.</p> <p>2. O modelo neoliberal imposto pelo Consenso de Washington aos países periféricos — no qual o Estado é forte para financiar e subsidiar de forma privilegiada o grande capital, mas mínimo para o atendimento de justas demandas sociais —, embora abalado em seus alicerces, não foi desmontado. A partir de premissas estabelecidas pelo FMI, sob controle incontestável dos interesses norte-americanos, saiu intocado da última reunião do G 20. Para quem conheceu o Proer no nosso passado recente, as soluções não foram originais: despejo de dinheiro público nos cofres do sistema financeiro, seguindo a lógica de privatização dos lucros e de socialização dos prejuízos. Como o define Noam Chomsky, o capitalismo termina por se afirmar como um “socialismo dos ricos”.</p> <p>5. Na conjuntura atual, salta à vista a debilidade da esquerda e a desarticulação das forças populares, cuja mobilização é necessária à postulação e à concretização de uma alternativa progressista.</p>	<p>19. Nosso programa deve combater os desvios e o atrelamento à ordem capitalista, desenvolvendo o acúmulo de forças como tática de fortalecimento, através de uma sólida organização partidária, convicção ideológica, combate à economia de mercado, enraizamento social e ocupação dos espaços políticos, com vistas à construção do socialismo.</p> <p>20. Este programa deve ser a expressão das reivindicações dos trabalhadores, partindo das demandas imediatas como emprego, salário, terra, moradia, saúde, educação, entre outros, galvanizadores da pressão coletiva, a partir da unidade dos oprimidos, conscientizando-os que para superar estas mazelas capitalistas só é possível numa outra organização econômica, social e política. É fundamental esclarecer que as lutas imediatas estão sintonizadas com a luta mais geral e histórica pela sociedade socialista.</p>	<p>6. A alternativa dos trabalhadores e dos povos tem diversas manifestações. Todas apontam para que a crise seja paga pelos que a provocaram. Por um lado, as lutas dos trabalhadores e setores populares que resistem a pagar o preço da crise. Nas revoltas da Grécia, nas greves gerais da França, nas multitudinárias mobilizações da Itália, nas rebeliões da Islândia ou Letônia. Em outra proporção, na luta contra as demissões da Embraer, nas campanhas salariais, nas greves como a dos petroleiros, da polícia em Roraima, ou dos ferroviários e rodoviários no Rio, ou dos professores no RS. Os lutadores vêm levantando: “Não pagaremos o preço desta crise”; “dinheiro para o povo e não para os bancos”. “Não às demissões”, “reestatização da Embraer” ou das ferrovias, ou da Vale; “aumento salarial”, defesa do serviço público! Propostas alternativas aparecem nas entidades combativas como a Conlutas e a Intersindical, nos movimentos populares e estudantis, nos partidos da esquerda socialista.</p>

II - OS SOCIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE

4. Colocar o socialismo na ordem do dia (<i>encabeçam o apoio</i> Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil (<i>encabeçam o apoio</i>, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)	6. Novos tempos para o PSOL (<i>encabeçam o apoio</i> Ivan Valente e José Nery, APS)
<p>2. A mais grave crise do capitalismo dos últimos 80 anos abriu uma etapa completamente nova para a luta dos trabalhadores. Mesmo levando em consideração as enormes dificuldades existentes, pela primeira vez em muitos anos começam a existir condições reais para que a defesa de uma alternativa socialista ganhe força efetiva.</p> <p>11. Há espaço político para uma alternativa de esquerda radical, anticapitalista e baseada nas lutas sociais. Mas, a direção majoritária do partido raciocina de uma forma diferente. Enquanto os governistas e até os tucanos tentam assumir uma imagem mais à esquerda, o PSOL faz o possível para se mostrar mais moderado.</p>	<p>6. Uma resposta consistente e de esquerda frente à atual crise econômica, financeira, social e ambiental deve apontar para outro modelo de desenvolvimento da sociedade. Deve incluir uma nova matriz energética, limpa e segura, que colabore no esforço planetário para a redução dos gases responsáveis pelo aquecimento global, e a alteração do modelo industrial e de transporte – deslocando, por exemplo, os centros dinâmicos, que hoje estão concentrados na indústria automobilística e na produção para o mercado externo, para a produção de tecnologia, conhecimento e bens de produção que satisfaçam as necessidades internas do país.</p> <p>19. Há, portanto, na atual conjuntura, mais espaço para o debate de alternativas ao capitalismo. A evolução deste processo dependerá, de um lado, das condições objetivas de cada país para o curso da luta de classes e, de outro, da capacidade dos setores de esquerda de se apresentarem como porta-vozes de um novo projeto de sociedade, reagruparem os explorados e oprimidos de forma independente e de se credenciarem como alternativa de poder. É nesta perspectiva que devemos avaliar os impactos da crise em nosso país e as oportunidades que se abrem para o fortalecimento de um projeto de esquerda e socialista.</p>	<p>9. O capitalismo não cairá sem ser derrubado e nem tampouco sem que sua superação esteja em gestação. A revolução socialista não é uma decorrência natural das crises do capitalismo. Um enorme espaço existe e precisa ser politicamente trabalhado e ocupado de modo a produzir uma transição progressiva entre a ordem burguesa fragilizada no momento de crise e a nova ordem socialista potencialmente emergente. São das entranhas da sociedade capitalista que amadurecem as condições para sua própria superação. No entanto, este movimento não é natural e exige argúcia política e força social efetiva para dar consequência. A emancipação da classe trabalhadora só ocorrerá se, nos momentos em que a dominação burguesa não puder ser mantida, fraquejar, houver um poderoso sujeito social forte e decidido a resolver o impasse histórico. A luta de classes no mundo contemporâneo está marcada pela dimensão multifacetada e complexa do sujeito revolucionário simultaneamente econômico, social, cultural, ideológico e político. Este sujeito está desafiado a responder demandas, competências e identidades, nacionais, regionais, ambientais, raciais, de gênero, religiosas etc. Características essenciais, que a estratégia socialista, para ter efetividade, tem que saber captar e incorporar no leito real e ao conteúdo do projeto socialista.</p> <p>4. A conjuntura tornou-se mais favorável aos socialistas, no entanto, ao se reconhecer esta virada, não estamos afirmando que seu desfecho será automaticamente a favor dos trabalhadores. Para isso, muita luta política e social terá que acontecer e decorrentemente cresce de importância no Brasil a sucessão presidencial de 2010. A novidade está em que a realidade apenas oferece novas possibilidades para o conjunto das forças socialistas transformadoras. Porém, captar a síntese deste novo momento e a ele conferir radical dinâmica político-mobilizadora do povo explorado e oprimido em torno de um projeto político para o Brasil é a nossa tarefa principal. O desafio está em transformar a possibilidade e a potencialidade do momento histórico que vivemos em situação concreta e real. Este nosso entendimento geral reconhece que as demais tarefas seguem tendo validade, mas não centralidade.</p>

II - OS SOCIALISTAS NO CONTEXTO DA CRISE

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas <i>(encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)</i>	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista <i>(encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)</i>	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade <i>(encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)</i>
<p>17. Ao contrário de outros momentos, como as crises dos anos setenta e oitenta, a situação estrutural da classe trabalhadora é qualitativamente diferente. Naquelas ocasiões, a crise golpeou uma classe trabalhadora mais organizada, jovem, concentrada, mais propícia para a atividade política. O que prima hoje, após os anos de desregulamentação neoliberal, é a fragmentação. Houve uma queda, nas últimas duas décadas, do número de trabalhadores sindicalizados. O número de greves também sofreu uma redução. Durante o governo Lula não houve nenhum plano de lutas unificado, tampouco uma paralisação nacional de categorias. A ideia de uma greve geral não foi sequer cogitada nos últimos quinze anos. A avaliação consensual em diferentes movimentos sociais é de esgotamento e dificuldades em suas demandas. A própria direção do MST avalia como estagnada a luta pela reforma agrária.</p> <p>18. O crescimento da miséria e da insegurança nos grandes bolsões de pobreza tem consequências como a epidemia do crack; a multiplicação de forças paramilitares nas favelas - milícias controladas pela direita corrupta - são fenômenos novos que atrapalham a retomada de lutas e a organização popular do movimento de massas.</p>	<p>4. A crise econômica abre um período de acirrada instabilidade, tensões e polarizações políticas e sociais, que tendem a se espalhar por todos os continentes, começando pelos países capitalistas centrais. Nunca, nos últimos 50 anos, a alternativa socialismo ou barbárie esteve colocada de forma tão dramática e concreta: ou se supera o capitalismo pela via da mudanças radical das bases econômicas e sócio-políticas de sua hegemonia, ou o capitalismo imporá ainda maior destruição de forças produtivas, com incalculáveis custos humanos e ambientais.</p> <p>9. A nova conjuntura torna ainda mais necessário, como política dos socialistas para a reorganização do movimento de massas:</p> <p>(a) recuperar, reconstruir ou incentivar o surgimento de instrumentos de frente única, plurais e unitários, para enfrentar a crise, denunciar o capitalismo e o papel das burocracias sindicais e conservadoras, voltando a mobilizar as massas contra o capital;</p> <p>(b) defender e apoiar a construção de ferramentas político-partidárias anticapitalistas, independentes de estados e governos, que recuperem a cultura da independência política e organizativa da classe trabalhadora e dos explorados, na busca de rearticulação internacional anticapitalista.</p>	<p>4. Foi na organização das relações de trabalho, sob o impacto da revolução tecnocientífica, que o sistema capitalista assentou as bases para promover mudanças estruturais que prolongaram sua existência às custas do aprofundamento de sua insustentabilidade.</p> <p>5. A derrocada do leste europeu provocada, em parte, pela incapacidade do velho modelo Soviético de fazer frente às mudanças implementadas pelo avanço das relações de produção capitalistas, trouxe à tona um fracasso estratégico na construção do socialismo e abriu espaço para a maior ofensiva econômica, ideológica e política do imperialismo.</p> <p>6. Todas estas mudanças tornaram obsoletas as concepções teóricas e a prática da esquerda socialista nas organizações populares, sindicais e partidárias existentes. Uma nova realidade na luta entre as classes se constituiu enquanto a esquerda socialista, em sua grande maioria, insistia e ainda insiste na aplicação de um velho modelo construído para uma realidade que se esvaiu.</p> <p>7. Assim, a esquerda socialista e revolucionária viu sua força e sua expressão política reduzidas quase à insignificância.</p> <p>8. Desarmados, sem um programa capaz de refletir e apontar a superação das contradições recicladas e aguçadas pelo capitalismo globalizado, financeirizado e tecnificado, os pequenos grupos socialistas de vanguarda em cada país seguiram, nos último 20 anos, como cegos na tempestade.</p>

III - GOVERNOS LATINO-AMERICANOS DE ESQUERDA

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil <i>(encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)</i>	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo <i>(encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)</i>	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate <i>(encabeçam o apoio Babá e Silvia Santos, CST)</i>
<p>5. No Brasil, essa debilidade deve-se em grande parte ao transformismo lulista. Felizmente, na América Latina, tradicional quintal de fundos do imperialismo, as forças populares desafiaram a desregulamentação e a privatização mais efetivamente do que o trabalho organizado o fez na América do Norte ou na Europa Ocidental. Desde o Caracazo em 1989, um novo clima de mudança foi se afirmando na esteira de movimentos sociais de massa na América do Sul. O dramático desmoronamento da economia argentina conduziu, por algum tempo, aos experimentos de autogestão operária, ocupação de fábricas e soviets (conselhos) de distrito em Buenos Aires para discutir um futuro diferente. Na Venezuela, na Bolívia, no Equador e no Paraguai, o desafio das forças populares à ordem neoliberal produziu governos que representam uma nova forma de democracia social radical, buscando combinar as empresas do estado, socializadas, as cooperativas e as individuais e privadas de pequeno porte. Esses governos eleitos popularmente romperam o isolamento de Cuba e obtiveram sua ajuda na construção de infra-estruturas sanitárias e educativas que beneficiam a maioria.</p>	<p>9. É fato que não temos uma revolução em curso na América Latina (mesmo considerando somente o Equador, a Bolívia e a Venezuela). Também é verdade que Chávez não é o grande timoneiro do processo revolucionário latino americano. Da mesma forma que é inegável que os governos da Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai apresentam avanços progressivos e têm tido posturas antiimperialistas – inclusive em relação ao governo Lula, subserviente aos interesses imperialismo norte americano.</p> <p>10. Um exemplo é a postura tomada por Chávez e Morales em relação ao massacre realizado por Israel em Gaza, que nem mesmo os governos árabes tomaram. Do governo Lula nem poderíamos esperar uma posição progressiva.</p>	<p>7. Infelizmente, os países “independentes” do imperialismo não têm apontado alternativas reais às políticas imperialistas. Emblemático é o caso da Venezuela, que viu despencar o petróleo. Chávez anunciou uma série de medidas: aumento do IVA em 33%, imposto regressivo que prejudica os baixos salários; aumento do endividamento interno que favorece os grandes bancos e cortes nos gastos públicos. No marco de um progressivo desmonte do controle de preços, cedendo aos empresários, demissões de milhares de terceirizados em empresas do Estado, e, finalmente, com a declaração contra os trabalhadores (06/03), ameaçando militarizar empresas em caso de greve e acusando os trabalhadores das siderúrgicas de privilegiados, para alimentar a divisão no seio dos explorados. A corrente operária do PSUV, chamada “El Topo Obrero” analisa: “Você, Senhor Presidente, tomou medidas que afetam o povo quando não temos responsabilidade pela crise, e os beneficiados são os donos do capital financeiro nacional e internacional... Aqueles que mais enriqueceram no seu governo na época da bonança petroleira seguirão enriquecendo agora. A redução no orçamento está afetando o povo, pois reduz os investimentos sociais em educação, saúde, etc.”</p>

III - GOVERNOS LATINO-AMERICANOS DE ESQUERDA

4. Colocar o socialismo na ordem do dia (<i>encabeçam o apoio</i> Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil (<i>encabeçam o apoio</i> , em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)	6. Novos tempos para o PSOL (<i>encabeçam o apoio</i> Ivan Valente e José Nery, APS)
<p>32. A América Latina tem sido o principal polo de resistência contra a política neoliberal na última década. Mas os governos que surgiram como resultado dessa luta, como o de Chávez, Morales, Corrêa e Lugo, estão sendo colocados sob importantes testes nessa conjuntura e estão aprofundando cada vez mais as suas contradições.</p> <p>33. Mesmo implementando algumas reformas e até nacionalizações parciais de empresas e recursos naturais – contrariando a norma privatista que prevaleceu até o começo da crise atual – esses governos operaram dentro dos marcos do sistema capitalista. Essa contradição coloca limites às reformas que podem ser implementadas e também deixa esses governos sob constantes ameaças.</p> <p>34. Vimos que o desgaste com o burocratismo chavista levou à derrota do governo no referendo no fim de 2007 e a derrota em várias regiões nas eleições regionais de 2008. Na Bolívia, também vimos a ofensiva da direita em setembro do ano passado, quase tomando a dimensão de golpe. Apesar da demonstração de força dos movimentos sociais na resistência à direita, assistimos à sequência de capitulações do governo Morales nas negociações com a direita, incluindo o projeto de nova Constituição.</p>	<p>30. 5) Tais iniciativas devem permitir a difusão do debate acerca dos modelos alternativos de desenvolvimento econômico e institucional em curso hoje na Venezuela, Bolívia e Equador, e também aqueles propostos por movimentos sociais e indígenas de outros países da região, como o Peru, Paraguai e Argentina. Essas alianças estratégicas devem estabelecer políticas que viabilizem o intercâmbio tecnológico e de saberes tradicionais, a busca por uma integração monetária regional a médio prazo, o estabelecimento de matrizes produtivas que permitam uma complementaridade regional, a defesa de recursos naturais comuns, o estímulo a planos coletivos de defesa ambiental e a construção de espaços de atuação conjunta a nível internacional, de modo a fortalecer o impacto das políticas alternativas aqui desenvolvidas no cenário global.</p>	<p>31. O que tem triunfado na Venezuela, Bolívia e Equador é uma modalidade do programa democrático e popular que se ancora em colocar o povo em movimento a partir de medidas anti-imperialistas e nacionalizantes. Nestes países ocorrem as experiências mais avançadas do ponto de vista das lutas voltadas para a construção do socialismo, mesmo sem uma perspectiva definida de ruptura com a ordem vigente, mas que avança em tensionamentos com essa mesma ordem, mobilizando amplos setores sociais antes excluídos das decisões nacionais e trazendo para a ordem do dia questões como a soberania sobre os recursos naturais e o fim do estatuto colonial moderno que é a dívida pública. Apesar das inúmeras contradições e peculiaridades em torno desses diferentes processos, há um movimento real em curso.</p>

III - GOVERNOS LATINO-AMERICANOS DE ESQUERDA

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas <i>(encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)</i>	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista <i>(encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)</i>	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade <i>(encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)</i>
<p>116. A experiência da América Latina tem demonstrado que se pode ganhar eleições e promover profundas mudanças no Estado de natureza progressista. Em geral não chegam a destruir o Estado burguês e construir um estado democrático de novo tipo. Mas mudam questões fundamentais e, pelo menos na experiência concreta da Venezuela, Equador e Bolívia, conquistam regimes políticos qualitativamente mais avançados. Concretamente todos estes países se tornaram independentes do imperialismo. Mas se iludem aqueles que acreditam que estas mudanças se deram pela mera utilização da cédula eleitoral. Não há como explicar o fenômeno do chavismo sem o caracazo, levante popular que produziu um trauma social, com mais de 4 mil mortos. Desde 1989 as massas populares deste país caribenho lutaram para dar o troco nas classes dominantes. A vitória eleitoral de Chávez foi produto direto deste ascenso sustentado ao longo de uma década. No Equador ocorreram várias insurreições antes da vitória de Correa. Na Bolívia, também antes de vencer nas urnas, os camponeses, populares e mineiros venceram nas ruas a repressão do regime burguês.</p>	<p>13. A crise e a política dos EUA para a região vão colocar de forma mais concreta e dramática para os polos mais avançados do continente — Venezuela, Equador, Bolívia e Paraguai — o dilema entre avançar no caminho de medidas socialistas, de ruptura com o capitalismo, ou “estabilizar-se” (leia-se retroceder) como países capitalistas, ainda que politicamente independentes da tutela ianque, provavelmente pela via do desgaste natural derivado de economias limitadas às regras desfavoráveis do jogo do mercado global em tempos de preço de commodities em queda. Com reacionaríssimos e organizados setores burgueses de oposição, os governos desses países viverão fortes impasses. Cabe aos socialistas latino-americanos apoiar as medidas antiimperialistas e anticapitalistas que esses governos vierem a tomar, mas sem perder a independência diante dos governos e estados, defendendo, além de medidas de ruptura com o capital, a auto-organização independente dos trabalhadores e dos movimentos da classe como único caminho para a construção do socialismo.</p>	<p>63. A situação latino-americana continuará sendo marcada pela luta política e pelos enfrentamentos em torno do destino da Venezuela, Bolívia e Equador.</p> <p>64. A crise provocará nestes países efeitos contraditórios.</p> <p>65. Por um lado agravará a situação econômica, o que poderá enfraquecer os governos de esquerda, mas, ao mesmo, este novo cenário pode criar condições para a implementação de medidas mais ousadas em direção ao socialismo.</p> <p>66. Por isso mesmo o debate político se intensificará e nós devemos ampliar a solidariedade com os processos revolucionários, mas também intensificar nossa crítica fraterna aos caminhos que levem à repetição dos erros das revoluções do século 20.</p>



IV - O GOVERNO LULA

IV - O GOVERNO LULA

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil (encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo (encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate (encabeçam o apoio Babá e Silvia Santos, CST)
<p>11. Há um centro hegemônico na política brasileira, que necessita da vivacidade — amplamente repercutida pela mídia grande — dessa bipolarização de assemelhados: PT e seus aliados governistas X PSDB e seu entorno "oposicionista". O governo Lula não é idêntico ao de FHC, cuja era foi marcada pelo avanço neoliberal privatizante puro e duro, característico dos anos 90. O período Lula, com sua escolha de conciliação com setores dominantes, na política e na economia, e de políticas compensatórias — e não emancipatórias — para os dominados, desmobilizando forças sociais de mudança, é caracteristicamente social-liberal, arrimado na grandiosa popularidade do líder maior. Na sua ambiguidade conservadora, o governo Lula volta e meia sofre, com grande reverberação na imprensa, críticas da direita e dos reacionários em geral, com quem se compõe mais à frente. É o seu jogo da "governabilidade" meramente institucional, que termina mais eficaz na defesa dos interesses do grande capital do que o foi o do seu antecessor tucano. E não é difícil explicar. O Bolsa-Família é um programa assistencial que despende para o atendimento de onze milhões de famílias, durante todo um ano, aquilo que o segundo maior banco privado registra como lucro em apenas nove meses. Mas quem vive na miséria não entende de balanço de bancos. Entende de fome. Fome que em parte significativa é saciada com o Bolsa-Família. E desse modo se desmobiliza o movimento social para qualquer demanda maior. Acrescente-se a isso a desmobilização da outrora combativa CUT — hoje equiparada, até nos brindes para os primeiros de maio festivos, à desmoralizada Força Sindical —, por conta do controle de Lula sobre sua acomodada burocracia dirigente, e está pronto o quadro paradisíaco para as classes dominantes, sempre em alerta e sob pressão social durante os governos FHC.</p>	<p>13. O governo vem enganando a população, negando a gravidade da crise e mandando todos gastarem. Com isso quer proteger sua popularidade junto às vítimas da crise. Ao mesmo tempo, socorre os bancos e grandes empresas pretensamente afetados. Em apenas uma das Medidas Provisórias destinou 1 bilhão de reais de recursos públicos para socorrer os banqueiros. Para as montadoras de veículos destinou mais de 4 bilhões de reais. Política também seguida por Serra em São Paulo, que deu bilhões de reais para as fábricas de automóveis. Recursos públicos têm sido utilizados pelas empresas para demitir trabalhadores, como o vergonhoso caso da EMBRAER, financiada pelo BNDES e que demitiu 4 mil trabalhadores, episódio que o governo e a CUT souberam com antecedência e não informaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos. A luta dos trabalhadores da EMBRAER foi uma resistência heróica no enfrentamento contra as demissões, conseguindo despertar a atenção da opinião pública para a verdadeira dimensão da crise, mesmo tendo que enfrentar a empresa, a CUT, o governo e a mídia, num processo de extrema adversidade. Na educação, só nos últimos cinco anos, o governo desviou o equivalente a um ano do orçamento do Ministério da Educação para pagamento dos juros e encargos da dívida pública.</p>	<p>9. Muitos perguntam como Lula, ainda, mantém popularidade alta e se mostra como um líder de “esquerda”. Se analisarmos seu governo, foi no primeiro mandato que enfrentou mais questionamentos. Foi o período das rupturas significativas de parcelas do movimento de massas que se afastaram do PT e do lulismo. A Reforma da Previdência foi o estopim, seguido de crises de corrupção. A do mensalão foi a mais importante e levou à saída de dirigentes e militantes do PT. Nesse processo, o PT sofreu um duro desgaste, perdeu prefeituras em 2004. Mesmo favorito, Lula não levou no 1º turno, em 2006. Sua votação revelou mudança em sua base histórica, migrando, em parte, para o “interior” do país. Mas Lula se construiu como a maior liderança operária da história do país. Seu papel e influência, frutos de duas décadas de lutas, das quais foi o principal dirigente, mantêm força, a qual utiliza para evitar os enfrentamentos e passar sua política, elogiada por grandes empresários e pelo imperialismo. Como correia de transmissão e beneficiadas com cargos e verbas, estão centenas de direções sindicais, nas principais categorias. Operando para desmobilizar e isolar as lutas, desviando-as do choque com o governo. A própria direção do MST contribuiu para “blindar” ao Presidente de um desgaste maior. Há, também, a falta de oposição real da direita, visto que PSDB e DEM são ferrenhos Defensores da mesma política econômica.</p> <p>12. A política do governo manteve a extrema subordinação ao capital financeiro e às multinacionais. O economista da UFRJ, Reynaldo Gonçalves, já comentava: “... o governo Lula — via Tesouro e BNDES — usa os escassos recursos nacionais para financiar as empresas estadunidenses que atuam no Brasil, e que continuarão enviando bilhões de dólares para suas matrizes.” A resposta de Lula, na conversa com o diretor da Embraer, para discutir as 4.200 demissões, foi clara: disse compreender as razões da medida brutal adotada contra os metalúrgicos. E o BNDES ainda “ajudou” com um novo empréstimo. Da mesma forma, na greve petroleira: “Não é hora de pedir aumento salarial”. Apesar das declarações sobre a manutenção do PAC, o governo anunciou corte de 35 bilhões no orçamento, cujo efeito nefasto é direto nos repasses para saúde, educação, acordos salariais dos servidores, estados e municípios. A crise social se agrava. A violência urbana, o drama dos hospitais, das escolas públicas e da desassistência social. Em que pese ter reduzido a meta de superávit primário, o pagamento de juros sangrou, até abril, 35% do Orçamento, enquanto o governo limita investimentos e despesas com programas sociais. Para completar o quadro, Lula trouxe de volta o FMI, e decidiu “emprestar” dinheiro para o Fundo, se associando a essa instituição de rapina aos países dependentes.</p>

IV - O GOVERNO LULA

4. Colocar o socialismo na ordem do dia <i>(encabeçam o apoio Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)</i>	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil <i>(encabeçam o apoio, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)</i>	6. Novos tempos para o PSOL <i>(encabeçam o apoio Ivan Valente e José Nery, APS)</i>
<p>40. A política do governo diante da crise mostra de forma clara qual é sua prioridade. As principais medidas têm sido para salvar os bancos e as grandes empresas, com centenas de bilhões disponibilizados sob a forma de subsídios, crédito e rebaixamento de impostos, enquanto nada de concreto é feito para salvar os empregos dos trabalhadores.</p> <p>43. O novo programa habitacional, “Minha casa, minha vida”, segue a lógica de criar condições para gerar grandes lucros para as construtoras (que juntas com os bancos são as mais generosas nas doações aos grandes partidos políticos) usando dinheiro público, sem ser parte de um verdadeiro plano de reforma urbana.</p> <p>44. Programas como o PAC e outros grandes investimentos, em nível estadual e municipal, estão na mesma lógica, de privatizar os lucros e estatizar os prejuízos, via PPPs, privatizações diretas, etc. Isso sem falar na destruição do meio ambiente e nos ataques as comunidades locais.</p> <p>45. Ao mesmo tempo, Lula argumenta que os trabalhadores não devem reivindicar aumento salarial durante a crise. Ao invés disso, devem ajudar os empresários a vender mais. O resultado final é: salvar os lucros das empresas, transferindo dinheiro público e rebaixando o salário e os direitos dos trabalhadores.</p>	<p>22. Não podemos perder de vista que a força do atual governo e sua capacidade de aglutinação social deve-se muito mais a políticas compensatórias e localizadas do que a mudanças estruturais, já que a melhoria dos indicadores econômicos – que, no período anterior à crise, resultou principalmente do crescimento da economia mundial e de medidas como o aumento relativo do salário mínimo ou o programa Bolsa Família – foi a principal responsável pela manutenção de seus altos índices de popularidade. Com a crise, a economia brasileira tem sua vulnerabilidade novamente exposta, sem que o atual governo tenha iniciado nenhuma mudança estrutural no plano interno. Além disso, bandeiras historicamente defendidas pela esquerda brasileira, da qual o PT foi a principal representação, não foram efetivadas no governo Lula. Entre os muitos exemplos, talvez o mais importante e simbólico seja o do abandono da Reforma Agrária.</p> <p>23. Dois fatores têm evitado um questionamento mais significativo dos rumos do governo. Por um lado, a crença, por ele mesmo disseminada na maioria da população, de que a crise nada tem a ver com a política econômica brasileira, mas é resultado de problemas externos ao processo nacional. Por outro, a falta de uma força social e política capaz de ocupar o espaço no debate do enfrentamento da crise a partir de uma perspectiva de esquerda. Apesar da abertura trazida pela conjuntura para a discussão de alternativas, o debate sobre o enfrentamento da crise continua dividido entre as vertentes tucanas e petistas, que são variações de um mesmo projeto, comprometido com a manutenção dos interesses econômicos dominantes.</p>	<p>12. É excepcional o esforço que vem fazendo o governo Lula, a mídia burguesa, parlamentares, entidades empresarias e economistas burgueses, para criar um núcleo político-midiático em favor da explicação falsa e manipulada da crise atual. No início buscou-se negar seus efeitos sobre a economia brasileira: mais tarde, passou-se a reconhecê-la, no entanto, minimizando seus efeitos como meras marolinhas. Lula chegou recomendar que a população se embrenhasse numa onda consumista de modo a reverter as expectativas de desaquecimento do consumo. Inclusive, afirmou não ser o momento para se reivindicar aumento salarial e buscou apontar os “olhos azuis” (numa referência aos EUA e Europa) como culpados pela crise. Agora querem nos fazer crer que o pior já passou. Todo este esforço desloca a atenção sobre as causas reais da crise e as medidas necessárias para combatê-la. O resultado é mais desmobilização e despolitização, ou seja, tudo que desejam os amos do capital.</p> <p>15. Os remédios são amargos ao povo e bem ao sabor das elites dominantes. Ajuste fiscal de modo a enquadrar o orçamento da união no estilo “apertar o cinto”, bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil e CEF) convertidos em hospital da quebraadeira das empresas capitalistas; socorros aos bancos como no caso da compra de 49% das ações do Banco Votorantim. O PAC, que já era plataforma eleitoral, virou uma infame política contra a crise. A taxa de juros continua nas alturas; o empresariado exige flexibilização da legislação trabalhista; segundo o IPEA a taxa de desemprego alcança a casa dos 8,57% da população economicamente ativa no primeiro trimestre de 2009 o que representa um aumento de 1,27 pontos percentuais comparativamente ao quarto trimestre de 2008; a Dívida Pública Total ascendeu para 37,57% do PIB brasileiro; o rendimento médio saiu de R\$ 1.438,09 no quarto trimestre de 2008 para R\$ 1.298,31 em fevereiro de 2009.</p>

IV - O GOVERNO LULA

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas (encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista (encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade (encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)
<p>21. O Governo Lula está no seu sétimo ano. Seu primeiro ano foi o do choque entre as expectativas e as realizações. Mas não foi apenas a já tradicional decepção com as promessas não cumpridas. Foi mais grave, porque foi a traição em relação aos propósitos históricos. Como o giro à direita do PT não foi um raio em céu azul, mas se desenvolveu na esteira de um longo período de refluxo da ação de massas no Brasil e de defensiva e crise da ideologia socialista no mundo, o lulismo pode ganhar para seu projeto, ou pelo menos conformar neste seu novo programa pós chegada ao Planalto, uma parte considerável de sua base social.</p> <p>22. Ao mesmo tempo esta mesma base perdeu em força e energia, e se ampliou para setores mais despolitizados. De um partido das lutas e das greves, tornou-se, definitivamente, o partido da defesa do capital. Parte dos dirigentes do PT está diretamente envolvida em transações e negociações, como o da fusão das teles, o Banco BMG (esquema valerioduto) e outros negócios lícitos ou não. Uma marca evidente desta transformação, além da clara contabilidade eleitoral onde foi o partido que mais recebeu dinheiros dos bancos, é a participação de Luis Eduardo Greenhalg- outrora advogado de movimentos sociais- na banca de defesa de Daniel Dantas.</p> <p>23. O PT consegue ser o carro chefe de um projeto burguês de acumulação unindo setores industriais, agroexportadores, banqueiros e com capacidade de manter, pelo menos até o momento, uma estabilidade política e redução da polarização de classe à medida que conseguiu amargar interesses burgueses com os interesses da burocracia sindical, tendo ainda uma grande capacidade de manipulação de massas, em particular dos setores mais pobres.</p>	<p>15. Diante da deterioração da situação econômica do Brasil, o governo Lula mantém os pilares da remuneração ao capital financeiro (pagando a dívida pública, transferindo recursos das reservas cambiais para reativação de linhas de crédito aos bancos), do modelo do agroexportador (liberação de reservas e empréstimos para garantir linhas de crédito para exportação) e às “transnacionais verde-amarelas” (com socorro do BNDES a Aracruz, Sadia, Vale, além de crédito barato de BB e CEF). Mas também tenta reduzir os efeitos da crise por meio de manter aquecida a demanda (procura) no mercado interno.</p> <p>17. Para a classe trabalhadora brasileira, a crise tomou corpo nas demissões na economia formal, particularmente na indústria, e o conseqüente aumento do subemprego. Paralelamente ao flagelo das demissões, os trabalhadores passaram a viver ameaça ainda maior de retirada de conquistas e direitos trabalhistas, para que o peso da queda da taxa de lucro — tanto advindas da produção quanto dos investimentos financeiros — seja atenuado para os capitalistas, aumentando a precarização do trabalho e a privatização dos fundos sociais baseados nas contribuições das empresas, inclusive o da Previdência Social.</p> <p>20. Em tempos de desemprego crescente e aprofundamento da miséria urbana, ao Brasil verá se intensificar a política fascista de criminalização dos trabalhadores desocupados, moradores de favelas e comunidades, migrantes, sem teto, sem terra, movimentos e lutadores sociais, não só pela via já tradicional do ataque policial direto nos locais de moradia, acampamento e lazer dos mais pobres, como também pelas blitzes de caça a camelôs, mendigos e posseiros urbanos e a transformação das favelas em guetos murados. O nível já intolerável de criminalização dos mais pobres, mais jovens e negros, levada adiante pelo Estado brasileiro, ao se intensificar, deve provocar novas e mais violentas rebeliões populares.</p>	<p>69. No Brasil, o impacto imediato da crise é mais moderado. Há muito o país encontra-se mergulhado em uma profunda crise social, de tal modo que o desemprego, a exclusão e a miséria atingem praticamente 2/3 da população. Neste cenário, o efeito do atendimento de quase cinquenta e três milhões de brasileiros pelo bolsa família, com perspectiva de atingir um em cada três brasileiros em 2010, é considerável. O PROUNI, a reduções de IPI, o programa habitacional, a compensação aos municípios e aos estados pelas perdas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e FPE (Fundo de Participação dos Estados), o parcelamento das dívidas com INSS e mesmo as tímidas mexidas nos juros e no superávit primário localizam bem o governo e do ponto de vista propagandístico distanciam Lula da eventual responsabilidade pela crise.</p> <p>72. O desgaste político do governo Lula e de sua política econômica herdada de FHC ocorrerá de modo mais lento e permitirá ainda que se desenvolvam com bastante força as manobras que buscam a eleição de um candidato petista até agora identificado como Dilma Rousseff.</p>

V - A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO

2 CONGRESSO NACIONAL DO
PSOL
UMA ALTERNATIVA CONTRA A CRISE

21, 22 e 23
de AGOSTO
SÃO PAULO - SP

SOC. DE SCS
E LUGARES

V - A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil (encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo (encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate (encabeçam o apoio Babá e Silvia Santos, CST)
<p>13. O combate à corrupção, imprescindível, até porque ela é sistêmica e está no âmago da democracia formal que nos rege, só pode ter centralidade se articulado com a denúncia das estruturas que a alimentam a partir do financiamento privado das campanhas eleitorais e do modelo de trocas e cooptações partidárias vinculadas ao jogo do poder. As eleições, cada vez mais previsíveis, tornam-se grandes investimentos nos quais, através do marketing despolitizador, desideologizador e "tecnificante", procura-se reduzir a zero os riscos de perda: são aplicações para tirar dividendos mais à frente, junto a governos e parlamentares especialistas nos negócios do tráfico de influência. Às vezes surgem vozes dissonantes, denunciando a naturalização dos escândalos: nosso papel é fustigá-los, tensioná-los para que aprofundem suas revelações e exponham suas contradições de convivência com os esquemas com os quais estejam eventualmente em dissidência. Por outro lado, dada a degeneração espraçada do leque partidário, é fundamental nos diferenciarmos também nesse plano da organização interna, reforçando a austeridade e a transparência absolutas. Devemos ser sempre exemplares.</p>	<p>21. A defesa das nossas bandeiras históricas é um ato de extrema necessidade para contribuir com o avanço da consciência das massas, para mostrar que o nosso partido não oculta o que defendemos em qualquer espaço político, principalmente no campo eleitoral burguês, onde os vícios e o poder econômico determinam a dinâmica e os resultados. Nesse sentido, nosso partido deve combater a atual situação eleitoral, onde o processo se converteu num verdadeiro balcão de negócios, prática que envolve a imensa maioria dos parlamentares. O financiamento privado das campanhas eleitorais se converteu num enorme ralo onde o dinheiro público é distribuído para as empresas, que por sua vez desviam recursos para financiar os políticos e os partidos, num círculo vicioso sem fim. Nessa perspectiva, defendemos o financiamento público de campanha e a punição dos desvios com a perda dos mandatos e a ineligibilidade.</p>	<p>14. A onda de denúncias sobre falcaturas, com foco no Senado, é expressão da crise do regime. O bate-boca entre Barbosa e Gilmar Mendes, no STF, é mais uma de suas expressões. Isto está provocando uma rejeição positiva, porém passiva, por parte do povo. Assume relevância a defesa do Delegado Protógenes, que denunciou o caso do banqueiro ladrão - Daniel Dantas. Luis Nassif já destacava como o caso do Banco Opportunity demonstra a cumplicidade entre autoridades e transgressores, uma rede de controle do Estado, desde FHC, envolvendo o governo Lula. Relações de corrupção, que envolvem os principais políticos do país, as instituições, os partidos, o governo, o judiciário, numa verdadeira organização criminoso. A reação desta verdadeira máfia esteve na origem da tentativa para indiciar Protógenes.</p> <p>15. O regime democrático burguês tem como essência a corrupção de partidos, políticos, juízes, ministros, prefeitos, etc. Ela é ferramenta da classe dominante para moldar as leis, em cujo nome são defendidos os negócios de banqueiros, especuladores, multinacionais, grandes empreiteiros, agressores da vida e do meio ambiente, usineiros, latifundiários. O chamado "Pacto Republicano" entre os três poderes resulta, na forma institucional, de um acordo de impunidade entre as principais cabeças da máfia que controla as instituições da República.</p> <p>16. Nosso partido tem propostas para ser, de fato, protagonista na denúncia global e forte deste regime da falsa democracia do poder econômico e da corrupção, e para convocar o povo a se mobilizar.</p>

V - A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO

4. Colocar o socialismo na ordem do dia (<i>encabeçam o apoio</i> Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil (<i>encabeçam o apoio</i> , em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)	6. Novos tempos para o PSOL (<i>encabeçam o apoio</i> Ivan Valente e José Nery, APS)
<p>51. O PSOL deve se construir para ser uma referência política da luta dos trabalhadores contra as medidas dos governos e empresários. Por isso, o foco prioritário que vem sendo dado ao tema da corrupção, de forma despolitizada e superficial, por parlamentares e figuras da direção do partido, é um grande erro político.</p> <p>52. Vimos isso em 2007, quando havia uma retomada de luta por parte dos movimentos, a ênfase total da direção do partido foi a campanha “Fora Renan”. Mais recentemente a tendência se refletiu na questão do delegado Protógenes Queiróz. De novo a corrupção é colocada como o centro da atuação, isso com a crise capitalista mundial a pleno vapor.</p> <p>53. É importante nos colocarmos do lado de Protógenes Queiróz contra o ataque unificado da burguesia, mas a ação do partido é totalmente desequilibrada.</p>	<p>9. A luta contra a corrupção, obviamente, é parte importante da luta democrática e deve estar associada à defesa do controle público das instituições políticas pelo povo. Mas é dando centralidade ao enfrentamento da crise capitalista e à defesa de medidas de transição para outro modelo de sociedade que nosso partido poderá se constituir numa verdadeira alternativa de esquerda, diferenciando-se claramente dos setores que buscam diluir ou esconder seus interesses de classe por meio de uma defesa abstrata da “ética na política”. É somente a presença ativa e direta das massas que alterará a cena política nacional.</p>	<p>28. O PSOL deve ser protagonista na ampliação da unidade entre os trabalhadores. O lema “unidade com todos aqueles que lutam” deve orientar a ação partidária nesse período e deve guiar também a ação do PSOL no movimento sindical, popular e estudantil. O PSOL já tem a marca da luta contra a corrupção, o que deve continuar a provocar as iniciativas do partido. Mas, o momento conjuntural exige ações em relação à crise econômica, à defesa do emprego, do salário, dos direitos sociais e contra as demissões.</p>

V - A QUESTÃO DA CORRUPÇÃO

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas (<i>encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES</i>)	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista (<i>encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL</i>)	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade (<i>encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL</i>)
<p>8. Consideramos totalmente improdutiva as discussões que tentam construir uma falsa polêmica entre aqueles que supostamente defendem a luta contra a corrupção como eixo contra aqueles que defendem o enfrentamento à crise econômica. O partido deve adotar uma política nacional global que seja cruzada pela necessidade de uma proposta de emergência diante da crise e que ao mesmo tempo assuma a defesa de bandeiras democráticas radicais, entre as quais a luta contra a corrupção tem grande relevância. Qualquer tentativa de estabelecer uma separação sobre questões que devem estar articuladas conjuntamente apenas respondem à sede de luta interna, ao tão prejudicial espírito de seita que deve ser combatido sempre em nosso partido. Ou então expressam uma visão de ‘partido comentarista’, descolado das lutas reais.</p>	<p>39. Uma resposta efetiva dos socialistas não pode ter como eixo central a questão da corrupção. Por mais que faça parte do programa socialista — e deva ser parte da plataforma eleitoral — esta não é questão central de um programa. Florestan Fernandes resume bem esta questão quando lembra que “a corrupção não é inerente ao poder político, ela é a certas formas de poder. Bem, numa sociedade capitalista a corrupção é sistemática”. Portanto, um programa que se limite à denúncia da “falta de ética na política”, que não a relacione com a podridão do capital e não ofereça propostas concretas de mudança nas instituições, não colabora para acumular forças para a luta socialista e, pior, confunde o perfil do partido com a direita.</p>	<p>28. O Partido acertou em cheio ao empalmar a campanha pela cassação de Joaquim Roriz e Renan Calheiros. Em torno desta campanha estabeleceu-se uma profunda polêmica política, (...) que persiste ainda hoje no partido e foi reeditada no episódio da Operação Satiaghara e da conduta do delegado Protógenes. Em nossa opinião, o combate à corrupção foi e continuará sendo um tema estratégico para a revolução brasileira, pois envolve a utilização - já escandalosa e que será no futuro ainda mais - do estado brasileiro e dos recursos públicos pela classe dominante.</p>

2 CONGRESSO NACIONAL DO

UMA ALTERNATIVA CONTRA A CRISE

VI - O PSOL

PSOL

21, 22 e 23
de AGOSTO
SÃO PAULO - SP

SOC. AL. SÃO
AL. L. EST. SÃO

VI - O PSOL

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil (encabeçam o apoioamento Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo (encabeçam o apoioamento Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate (encabeçam o apoioamento Babá e Sílvia Santos, CST)
<p>9. Não estamos construindo uma "nova igreja", um aparelho de dogmas dirigido por correntes fechadas e sectárias, que se auto-comprazem em controlar a máquina. Não somos "marco zero" de nada, apenas uma busca - fundamental! - de alternativa partidária num tempo contraditório e de forte indução a despolitização. É preciso superar os resquícios daquela soberba inerente à ideia de "partido único" ou de "vanguarda luminosa do operariado". Pelo tamanho e pelas diferenças regionais do Brasil, a liderança da movimentação popular organizada em direção a uma nova sociedade será necessariamente plural e partilhada, em ampla frente de esquerda ainda por se constituir, por organizações - sociais e partidárias – de diversos níveis e naturezas. Nesse sentido, o PSOL deve estar comprometido com uma interlocução permanente com os diversos setores sociais, hoje dispersos em diversos partidos, movimentos e percepções da realidade, visto que isso é de fundamental importância para viabilizar um processo anti-capitalista de transformação social.</p>	<p>26. Outro aspecto que contribui para esta grande aceitação do PSOL é o fato do partido estar diretamente ligado às lutas da classe trabalhadora, nas mobilizações dos sem terra, sem teto, sindicais entre outras, se constituindo num partido que não tutela os movimentos mas é parte integrante dos mesmos através da nossa militância e dos nossos parlamentares. Nessas lutas caminhamos juntos com as organizações da classe trabalhadora, o que demonstra a necessidade de reeditarmos uma política de alianças que tenha como marco de negociação o nosso programa e que inclua os partidos que compuseram a Frente de Esquerda em (PSTU e PCB), dialogando com os movimentos organizados pelos trabalhadores no campo sindical, popular, estudantil e demais movimentos sociais, nos marcos dos princípios históricos da classe trabalhadora.</p>	<p>25. Vemos, por parte do bloco da direção (MES/MTL), um acento nas disputas eleitorais e na ação institucional. A disputa eleitoral é parte muito importante de nossa atuação. Mas, acontece no terreno do inimigo que controla os mecanismos do poder, a justiça, a mídia, o poder econômico. Por isso, os socialistas privilegiam a ação direta na luta de classes, terreno onde pode ter chances de desequilibrar a correlação de forças a seu favor, o que pode trazer desdobramentos nos processos eleitorais. Seja na disputa eleitoral, ou nos espaços institucionais, nossa intervenção objetiva fortalecer a organização e a politização dos trabalhadores e setores populares. A utilizamos para acumular em direção a um programa de ruptura com o capitalismo e seu regime político. Não para salvar as instituições, carcomidas, com campanhas exclusivas pela ética, seja no STF ou no Congresso, estilo petista de tempos atrás. Se o nível de mobilização ainda está atrás de outros países, é mais premente a ação do partido para ajudar a crescer e unificar os processos reais. Para politizar as lutas, pequenas ou grandes. E dar perspectiva política para outro projeto político de poder.</p> <p>31. Concepção e metodologia estão intimamente ligadas à política. A história dos partidos da esquerda já o demonstrou. Não há forma orgânica que garanta por si um partido combativo, independente e com vida democrática intensa. Por outro lado, um partido que abdica do programa de independência de classe, respaldado apenas na vontade de seus dirigentes, de caráter eleitoral, necessita desestimular os organismos de participação crítica da base, a democracia e a vida orgânica. O PSOL tem uma militância determinada à construção do primeiro tipo.</p> <p>32. As transformações em curso necessitam um exame crítico. Avaliamos que existem condições de reunir os filiados interessados em ser parte ativa do partido, ao menos uma vez por mês, e de instituir a contribuição financeira, prevista no estatuto. Muitos já o fazem. Mas, hoje, existe um afastamento do projeto fundacional, por parte da maioria da direção. E a realização deste II Congresso o evidencia. Não houve política para consolidar aos núcleos, tal como no Estatuto.</p>

VI - O PSOL

4. Colocar o socialismo na ordem do dia <i>(encabeçam o apoio Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)</i>	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil <i>(encabeçam o apoio, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)</i>	6. Novos tempos para o PSOL <i>(encabeçam o apoio Ivan Valente e José Nery, APS)</i>
<p>7. O I Congresso do partido em 2007 consolidou uma tendência a considerar a disputa eleitoral como o centro absoluto das preocupações do partido. O retrocesso político-programático, já presente em 2006, aprofundou-se nas eleições municipais de 2008.</p> <p>8. A democracia interna e o peso da base militante do partido foram diminuindo progressivamente. Isso se observa hoje nitidamente no próprio regimento do Congresso do partido.</p> <p>9. Os retrocessos no caráter militante do partido se refletem na sua inserção nas lutas sociais. Em meio ao mais importante processo de reorganização sindical e popular no país, um processo que deve resultar na conformação de uma nova Central de Trabalhadores, o PSOL, enquanto partido, jogou um papel completamente marginal, para não dizer retrógrado.</p> <p>13. Existem muitos militantes e simpatizantes do PSOL que estão desanimados com a possibilidade de que o partido trilhe o mesmo caminho que levou o PT a se perder do ponto de vista da luta socialista. É compreensível, mas entendemos que não devem desanimar. O próximo período estará cheio de dificuldades sim, mas também de reviravoltas inesperadas e, do ponto de vista da luta dos trabalhadores, as oportunidades são inegáveis.</p>	<p>12. O fortalecimento desse campo popular, ecológico e socialista exige a afirmação de uma nova prática política, radicalmente democrática e plural, que oriente o funcionamento cotidiano de nosso partido e seja capaz de produzir sínteses que favoreçam a unidade interna e a participação dos ativistas que lideram as lutas sociais na construção do PSOL. Infelizmente, o partido não conseguiu ainda superar as dificuldades de seu funcionamento pouco democrático, resultante de uma dinâmica federativa não superada pela chapa nacional majoritária no I Congresso, e não se constitui num espaço orgânico favorável ao debate político. O PSOL deve ser um partido efetivamente aberto à vanguarda de lutadores sociais, construído em diálogo com eles e com suas experiências práticas.</p> <p>13. O PSOL está diante de uma encruzilhada: ou se mostra capaz de superar suas dificuldades, constrói uma síntese política que unifique sua ação nesta conjuntura e se sintoniza com os setores mais avançados dos movimentos sociais e da militância de esquerda, fortalecendo-se como alternativa política, ou estará condenado a permanecer um agrupamento de tendências, sem qualquer capacidade de interferir nos rumos da conjuntura brasileira ou de impulsionar a recomposição da esquerda brasileira e regional.</p>	<p>33. O PSOL é um partido em formação. Estruturou-se num primeiro momento como aglutinação de coletivos políticos de esquerda, lideranças, intelectuais e em sua maioria oriundos do PT. Seu funcionamento até o I Congresso caracterizou-se por uma espécie de federação de tendências, onde sua direção era composta por representação igualitária e com poder de veto nas suas instâncias deliberativas. Isso foi importante para soldar uma prática comum, mas ao mesmo tempo impediu que o partido desse respostas ágeis diante das demandas políticas. O exemplo mais representativo das dificuldades nesta primeira fase foi termos feito uma campanha presidencial sem conseguir aprovar um programa para o país.</p> <p>36. Advogamos a construção de um partido de massas, composto por lutadores sociais com diferenciados acúmulos políticos, irmanados numa plataforma política unitária, numa prática cotidiana conjunta e na capacidade de oferecer aos filiados espaços de formação política. Esta visão quer incorporar à vida partidária todos os que possuem um sentimento anticapitalista em nosso país e que se disponham a construir um ideário socialista e libertário. Abre as portas para antigos militantes, mas também para cidadãos interessados em experimentar uma nova forma de fazer política. Esta visão acredita que é possível ser um partido socialista e não ser uma seita de iluminados, que é possível dialogar com amplas massas, apresentando plataformas que façam a ligação entre a luta imediata e luta de transformação social. Para esta visão a luta institucional é um dos canais de expressão partidária, espaço de diálogo com a sociedade acerca de nosso projeto político e trincheira de disputa com as classes dominantes.</p>

VI - O PSOL

<p>7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas <i>(encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)</i></p>	<p>8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista <i>(encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)</i></p>	<p>9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade <i>(encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)</i></p>
<p>5. O PSOL tem ainda pouco peso estrutural, orgânico, uma militância ainda jovem, mas a localização do partido, sua influência eleitoral em setores sociais – minoritário, mas de massas - deixa claro que podemos cumprir um papel objetivo e mudar a realidade se atuarmos com vontade e política. Devemos preparar para intervir em todos os estados, apresentando nosso partido nas ruas e nas eleições.</p> <p>6. O papel do PSOL, portanto, não pode ser contemplativo. O partido necessita se postular como alternativa política. Isso é claro que significa se apresentar nas disputas eleitorais com determinação, disputando a influência de massas. Mas é mais do que isso: o partido precisa se apresentar como impulsionador da luta direta, apoiador, incentivador, organizador.</p> <p>7. O papel de um sujeito político revolucionário, de um partido que queira transformar a realidade radicalmente, não pode se limitar a acompanhar os movimentos sociais. Apoiar os movimentos é o mínimo. Mas o partido deve ir além. Deve também se postular como elo de lutas diversas e hoje dispersas, algumas organizadas, mas a maioria com componentes explosivos, populares, de bairro, de cidades, sem conexão entre si, na maioria das vezes distantes das superestruturas atuais, superestruturas burocráticas e acomodadas demais, como a CUT, ou pequenas, pouco representativas. Ser este elo entre as ações de classe não é tarefa fácil. Mas é uma tarefa determinante e um desafio estratégico, a saber, um objetivo a ser perseguido nos próximos anos. O partido deve ser protagonista e enquanto sujeito político contribuir na construção da identidade do sujeito social, isto é, contribuir como liga e impulso para que os trabalhadores e as classes médias empobrecidas defendam e lutem por seus interesses de classe. Deve fazer isso sempre movido por uma estratégia de luta contra o poder burguês e em defesa de um novo modelo político e econômico alternativo para o país. A defesa deste novo modelo significa ter propostas claras em defesa de medidas democráticas e contra a corrupção; e medidas econômicas e sociais que façam com que não sejam os trabalhadores os que paguem a conta da crise econômica que se abate sobre o país.</p>	<p>43. O PSOL surgiu há cinco anos com a missão de ser um partido novo da esquerda socialista, com os objetivos de recompor as forças da esquerda combativa brasileira e tentar avançar em sínteses políticas e programáticas, necessárias para superar as experiências de concepção partidárias que terminaram por solapar o poder das bases trabalhadoras, destruindo a tradição de funcionamento democrático e militante dos primórdios do PT. Desde o início, em nosso primeiro estatuto, o PSOL estabeleceu e reafirmou os núcleos como instância de base, com poder decisório, inclusive o de determinar a política global do partido, por meio do direito de eleger delegados diretamente ao Congresso Nacional. Ou seja, desde a fundação do PSOL, está expressa com clareza uma concepção de partido militante, em que a base tem compromisso orgânico com o partido. Foi nesse sentido um retrocesso a regulamentação do 2o Congresso aprovado pelo Diretório Nacional, que retirou o direito dos filiados elegerem diretamente, nas instâncias de base, delegados ao Congresso Nacional.</p> <p>45. A construção do PSOL por meio de núcleos socialistas, com inserção orgânica em espaços territoriais e setoriais, é tarefa primordial, para que criemos vínculos extensos e profundos com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. Os núcleos são componente essencial para uma verdadeira democracia interna, para vincular o partido às lutas e assim construir um processo político que não fique limitado às fronteiras da institucionalidade. Consolidar o PSOL como força anticapitalista e revolucionária, que organize os trabalhadores em núcleos militantes e estrutura democrática, e condição para atrair os mais conscientes e atuantes trabalhadores e trabalhadoras, estudantes, sem-terra, os melhores militantes dos movimentos sociais. Qualquer movimentação no sentido oposto poderá comprometer o projeto de um partido socialista para a ruptura e a transformação.</p>	<p>13. O partido que necessitamos tem que servir para construir o projeto socialista a partir de sua capacidade para superar os limites e as contradições do capital como organizador da luta social e como governo, apontando concretamente a solução para os problemas vividos pelo povo, difundindo novos valores em contraposição à ideologia dominante e ganhando os corações e as mentes dos homens e mulheres que procurem caminhos de mudança motivados pela indignação com a corrupção, pela luta contra as injustiças, pelo interesse em um pedaço de terra ou pelo aumento de salário.</p> <p>16. Se a classe trabalhadora modifica-se, sua expressão organizativa também se transforma. Se a situação da classe mudou, suas ferramentas de organização e luta também se modificarão. A construção de ferramentas político-organizativas, que articulem uma intervenção contra-hegemônica capaz de abarcar o conjunto desses sujeitos torna-se urgente. A luta pela sobrevivência, seja referenciada pela terra, pelo emprego, por moradia e mesmo por um pedaço da calçada para vender suas mercadorias, adquire um caráter de luta direta contra os interesses capitalistas, atribuindo um tom qualitativamente diferenciado aos enfrentamentos cotidianos. Os sujeitos desses processos, para sobreviver, acabam por se enfrentar com os interesses da burguesia, adquirindo um papel estratégico na luta revolucionária.</p> <p>29. Embora não tenhamos nos consolidado como uma força em rápida ascensão nacional, tão pouco, perdemos as características de projeto de poder em construção.</p> <p>33. A não implementação de um centro político profissional e permanente da direção no Rio de Janeiro abriu espaço para um funcionamento federativo e irregular da executiva, o que fragilizou e muito o trabalho de direção. Outro elemento profundamente negativo que se estabeleceu foi o funcionamento inorgânico e compartimentalizado da executiva, onde cada um cuida de seu terreiro e ninguém nele mete o bico. Isto impediu a melhor integração do corpo dirigente sobretudo entre as posições majoritárias e contribuiu para a marginalização das posições minoritárias no trabalho de direção.</p>

2 CONGRESSO NACIONAL DO

UMA ALTERNATIVA CONTRA A CRISE

PSOL

21, 22 e 23
de AGOSTO
SÃO PAULO - SP

Sociedade
Legislativa

VII - A REORGANIZAÇÃO SINDICAL

VII - A REORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil (encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo (encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate (encabeçam o apoio Babá e Silvia Santos, CST)
<p>16. Afigura-se bastante auspiciosa a movimentação dos militantes do PSOL que têm inserção no movimento sindical, das diversas tendências e inclusive os independentes, em busca da construção de uma central unificada para as lutas sindicais. Saudamos esse movimento de reorganização da classe trabalhadora que ainda resiste a cooptação dos movimentos sociais realizada pelo governo Lula. A militância sindical ligada ao PSOL, até agora dividida entre a Intersindical e a Conlutas, ou que se encontra fora de ambas as centrais, vem, desde o Fórum Social Mundial deste ano, realizado em Belém, tomando parte de um movimento que esta avançando a largos passos na superação de suas divergências de organização. Esse esforço é uma resposta à necessidade de, diante da crise econômica que abala os pilares do neoliberalismo, reverter a fragmentação e construir uma ferramenta de luta mais forte para enfrentar as demissões e ameaças de retirada de direitos da classe trabalhadora, já que banqueiros e empresários receberam a proteção de medidas do governo. Nesse sentido, têm sido realizados atos unificados, seminários nacionais e regionais, além de documentos e ações conjuntas que demonstram que o movimento de unificação já ultrapassou as palavras e se constrói concretamente.</p>	<p>29. A vanguarda sindical brasileira tem vivido uma dura realidade e uma difícil tarefa de tentar unificar todos aqueles que querem lutar contra as medidas neoliberais do governo Lula numa só central. Isso tem levado o conjunto da militância a ficar sem uma referência unificada, dividindo os esforços do movimento sindical combativo e de luta, o que pode enfraquecer nossa resistência contra os novos ataques que são propostos pelo projeto conservador e que estão engavetados, esperando o melhor momento político para serem implantados como é o caso das anti – reformas: sindical, trabalhista e previdenciária.</p>	<p>18. O papel da CUT e da Força Sindical está na base dos fatores de uma conjuntura da luta de classes em defasagem se comparada com outros países. As grandes centrais sindicais têm se negado a unificar as lutas existentes. As greves que eclodem, sejam locais ou nacionais, como bancários, correios, petroleiros, ficam à mercê de sua própria sorte, sem uma campanha de solidariedade. Os atos unitários do dia 30 de março, o ato do partido de 02 de abril no Rio, são expressões, localizadas ainda na vanguarda, que manifestam a inquietação existente. A unidade de setores partidários e de vanguarda, em torno da necessidade de unificação dos movimentos sindicais combativos (Conlutas e Intersindical) em uma nova central unitária, indica que estão amadurecendo melhores condições para as tarefas que temos pela frente.</p>

VII - A REORGANIZAÇÃO SINDICAL

4. Colocar o socialismo na ordem do dia <i>(encabeçam o apoio Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)</i>	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil <i>(encabeçam o apoio, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)</i>	6. Novos tempos para o PSOL <i>(encabeçam o apoio Ivan Valente e José Nery, APS)</i>
<p>81. Desde o início, debateu-se na Conlutas a necessidade de ampliar a sua área de influência e atuação para além das organizações sindicais, e, sendo assim, a participação dos movimentos populares, do campo e da cidade e do movimento estudantil, deram à Conlutas um caráter mais abrangente na representação da classe trabalhadora. Esta política tem se mostrado correta, pois com a crise e o consequente aumento do desemprego, além do déficit de moradias e muitos outros problemas sociais, tanto no campo como na cidade, aumenta cada vez mais a necessidade de se unificar as bandeiras de luta da classe.</p>	<p>37. A crise do capital e suas tentativas de combatê-la reforçaram a necessidade de superação da fragmentação política e orgânica das lutas sindicais, colocando na ordem do dia a construção de uma ferramenta unitária a serviço dessas lutas. Essa ferramenta unitária deve ter a forma de uma Central que recuse a partidização das organizações sindicais e sua transformação em correias de transmissão, seja dos interesses do governo Lula, seja dos interesses dos partidos políticos, seja dos interesses do grande capital e seu Estado, a exemplo do que acontece hoje com a quase totalidade das centrais sindicais registradas no Ministério do Trabalho.</p> <p>40. Essa Central Sindical do mundo do trabalho deverá, além de se afirmar como parte da luta socialista no Brasil, combater a estrutura sindical corporativa e lutar para libertar o movimento das amarras do Estado.</p>	<p>47. A crise do referencial socialista criou o ambiente político-ideológico para a agudização da crise do sindicalismo no Brasil, que se agravou de maneira substantiva com a chegada do PT (Lula) ao governo, levando à perda total de autonomia da CUT em relação ao governo, princípio fundacional da central. Essa crise do referencial reforçou tendências sempre presentes no meio sindical de aceitação das relações capitalistas de produção – o regime de trabalho assalariado – não só como o marco, mas também como o horizonte e limite no qual se deve dar a ação sindical, bem como a visão de que a luta pelo poder está limitada aos marcos do sistema capitalista e sua forma de organização do Estado.</p> <p>50. Criar uma nova central é fundamental para que os trabalhadores não paguem pela crise. Neste caminho estão presentes os diversos setores que compõem a Conlutas, a maioria dos setores da Intersindical, MTL, Prestistas, setores do movimento popular e da igreja, além de vários setores independentes. E a plenária mostrou que este debate não acontece no abstrato e se sustenta na promoção de ações unitárias, como foi o dia 30 de março, essenciais para estreitar laços e colocar as classes trabalhadoras em movimento.</p> <p>51. Recentemente estes setores realizaram um Seminário Nacional que definiu os pontos consensuais, os que precisam ser aprofundados e as divergências. Foi um rico debate! Mas a grande divergência persiste e está relacionada com a natureza e caráter da central, se sindical ou sindical e popular; se envolvendo os setores estudantis ou não.</p>

VII - A REORGANIZAÇÃO SINDICAL

<p>7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas <i>(encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)</i></p>	<p>8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista <i>(encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)</i></p>	<p>9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade <i>(encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)</i></p>
<p>19. O mais preocupante, neste novo cenário que se configura, é a falta de um polo de resistência, organizada e centralizada para dar respostas à crise. Um dos pontos mais fracos de toda a conjuntura que passou foi o não surgimento de um polo sindical à esquerda. O Conlutas, com a política sectária do PSTU, não logrou sequer ser um pequeno polo com vocação para a influência de massas. A auto-organização dos trabalhadores, a democracia operária nos sindicatos e a representação combativa nos sindicatos são atualmente muito fracas.</p> <p>20. Estes pontos indicam as dificuldades para a construção de uma alternativa política de esquerda e dos trabalhadores. A questão é como a crise econômica incidirá na realidade de conjunto e na consciência das massas em geral. Nas imensas favelas brasileiras poderemos presenciar um nível de resistência popular maior? Cremos que é provável uma intensificação das ações populares. Ao mesmo tempo, a burguesia tende a intensificar a repressão contra o povo, como ocorreu em Paraisópolis, em SP. Também a tendência objetiva empurra para maiores ações de setores organizados da classe assalariada. Todos estes conflitos serão maiores como resultado da estagnação e da recessão, do aumento do desemprego, da miséria, da insegurança. A crise será pesada. Suas repercussões políticas são imprevisíveis, mas serão inevitáveis. As forças de esquerda e o PSOL necessitam se postular como alternativa. Isso significa se constituir como polo, como referência e sempre que possível como organizador da ação direta do povo.</p> <p>53. Ao mesmo tempo, devemos defender a unidade da classe em suas lutas, a unidade de ação. Também é importante o PSOL estar unido na defesa e no impulso à construção de uma nova Central Sindical que capaz de unir Conlutas, Intersindical, etc.</p>	<p>33. O apoio total e a contribuição direta na reorganização dos movimentos e sua unidade para a resistência devem ser prioridade do partido, diante das dificuldades na luta tenaz que travamos contra a divisão e pela reorganização independente da classe num projeto de lutas de massas. Respeitando a autonomia dos movimentos, sem nenhuma lógica de aparelhamento, mas em busca de estimular a unidade da classe contra o capital e os governos e, através a sua militância, buscar uma inserção real na classe trabalhadora para disputar os rumos de seu movimento, o PSOL deve ter como política para a reorganização:</p> <p>33.2. Criar condições e construir espaços para um debate sobre o projeto de um novo instrumento de frente única dos trabalhadores urbanos, uma nova central que organize o mundo do trabalho. Apoiar e participar de iniciativas como o Seminário Nacional realizado em abril, com a participação de militantes sindicais do PSOL que atuam na Intersindical e na Conlutas.</p>	<p>116. Defendemos que o PSOL deve, a partir de seu Programa Político Geral, estabelecer bases comuns para uma ação política unitária na luta sindical e popular. Defendemos com todas as letras, que nosso Congresso Nacional seja um marco para fecharmos as bases para a construção de uma intervenção comum do Partido nas lutas e mobilizações populares, através da formação de uma CORRENTE SINDICAL-POPULAR E POLÍTICA.</p> <p>117. Somos contra a formação de uma Central Sindical aos moldes do que existe hoje no país, a Central do PT (CUT), a do PDT (Força Sindical), a do PCdoB (CTB) e a do PSTU (Conlutas). Sabemos que esta realidade, além de contar com a vontade de algumas destas direções, é também imposta pela fragmentação em que se encontra nossa classe.</p> <p>118. Somos contra se fazer uma Central do PSOL, mas somos radicalmente contra que a intervenção política do partido continue sendo feita pelas suas Correntes Internas em nome do PSOL.</p>



VIII - A DISPUTA ELEITORAL DE 2010

VIII - A DISPUTA ELEITORAL DE 2010

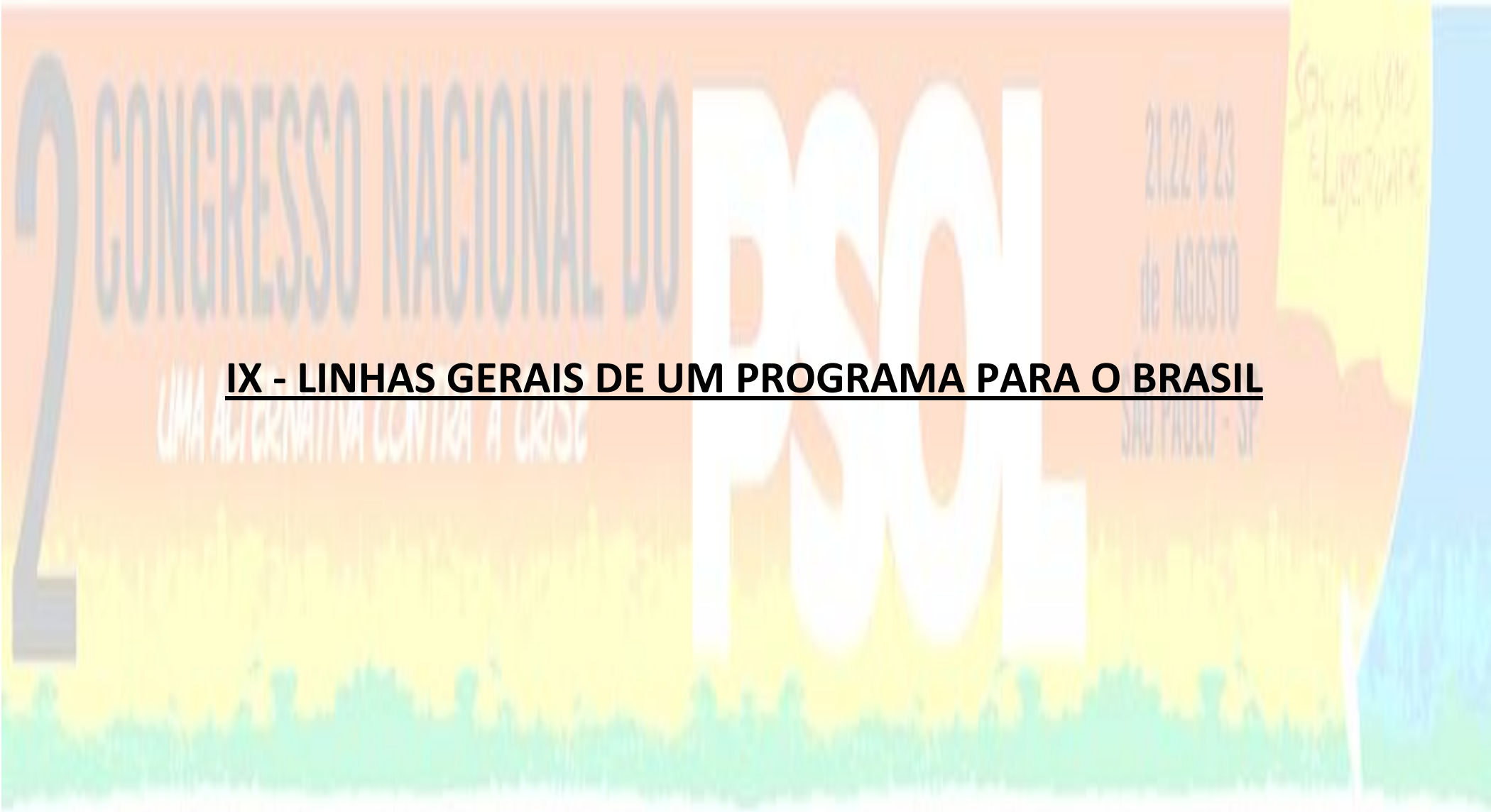
1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil <i>(encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)</i>	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo <i>(encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)</i>	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate <i>(encabeçam o apoio Babá e Silvia Santos, CST)</i>
<p>18. As eleições do ano que vem serão um corolário deste processo de consolidação ou não do PSOL. Se encaminharmos corretamente as decisões de maior enraizamento social e se tivermos núcleos, diretórios e setoriais ativos desde já (processo ainda débil), com o partido presente nas lutas populares em curso, poderemos chegar em razoáveis condições para o embate institucional. A candidatura Heloísa Helena, ancorada num projeto nacional de transformação, será, mais uma vez, decisiva para o fortalecimento do PSOL. Com a vantagem de, pelo que se vislumbra das insossas pré-candidaturas presidenciais, introduzir apimentado tempero de mudança e empatia popular contra a mesmice reinante e a sensoria da plastificada pré-candidatura petista e do tecnificado nome tucano, destoantes do aprofundamento da crise e das angustias populares. Nossa centralidade deve estar na busca da eleição de uma boa bancada federal, pelo que esta representará como critério de superação das cláusulas de barreira, isto é, para calcular os espaços de comunicação de massa e os recursos a serem disponibilizados. Sem eles, no atual precário grau de mobilização popular, as condições para o trabalho político ficam extremamente precárias.</p>	<p>24. Nosso partido tem a única candidatura de esquerda com condições de furar o bloqueio imposto pela indústria cultural da burguesia aos projetos socialistas de superação do sistema capitalista. Mesmo com todo boicote e com a superexposição dos postulantes do campo neoliberal: Dilma Rousseff, José Serra e Aécio Neves, o nome de Heloísa Helena desponta com elevada densidade posicionando-se em alguns cenários inclusive em segundo lugar.</p> <p>25. Essa posição se deve ao fato do nosso partido ter uma diferença marcante em relação aos partidos burgueses, a nossa Presidente Nacional ter uma história marcada pela coerência em relação aos princípios éticos e de defesa dos interesses da classe trabalhadora, qualidades reconhecidas em praticamente todas as Regiões e Estados do país.</p>	<p>26. Nosso projeto de poder não pode se restringir à campanha presidencial de 2010, importante desafio, para o qual temos um dos melhores nomes da esquerda socialista. O projeto tem que expressar, em primeiro lugar, uma plataforma clara de enfrentamento à crise e a seus responsáveis; de ruptura com o imperialismo; confronto com os agentes do sistema financeiro e das grandes empresas. De combate ao regime político, e ter como norte ajudar na mobilização do povo. Esse deve ser o centro do debate, não como conseguiremos “ampliar”, com PSB, PV ou PDT, o palanque dos candidatos. Nem como conseguir recursos de empresários. A burguesia quer convencer o povo que sua intervenção na política se limita a votar de dois em dois anos. Nossa política deve ser a oposta. Chamamos aos trabalhadores e setores populares a fazer política todos os dias, lutando para defender seus interesses, e a dirigir suas lutas contra o governo Lula, o responsável primeiro da situação, contra os patrões e seus partidos. Para politizar, o PSOL deve, também nas eleições, unificar em suas propostas, as principais reivindicações dos explorados, de forma a estimular a mobilização contra o governo da burguesia.</p>

VIII - A DISPUTA ELEITORAL DE 2010

<p>4. Colocar o socialismo na ordem do dia <i>(encabeçam o apoio Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)</i></p>	<p>5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil <i>(encabeçam o apoio, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)</i></p>	<p>6. Novos tempos para o PSOL <i>(encabeçam o apoio Ivan Valente e José Nery, APS)</i></p>
<p>71. O cenário político para as eleições 2010 ainda está aberto. Essa vai ser a primeira eleição presidencial desde o fim da ditadura sem a participação de Lula. Não está dado que Lula conseguirá transferir o seu apoio, que continua alto apesar de uma leve queda desde a crise, para Dilma Rousseff. Do lado da PSDB, Serra deve ser o candidato principal da oposição de direita, apesar dos problemas causados por Aécio na disputa interna. A continuidade da crise traz incertezas para o conjunto do processo eleitoral.</p> <p>72. Mas algo que está dado é que haverá espaço, mesmo se ainda minoritário, para uma candidatura da esquerda socialista. As pesquisas mostram um grande apoio à companheira Heloísa Helena. A intervenção política do PSOL na crise e nas lutas dos trabalhadores será fundamental para construir a base para que as eleições em 2010 sejam um momento importante de acúmulo de forças para uma alternativa socialista.</p> <p>73. A participação nas lutas com base numa plataforma política socialista hoje é a melhor maneira para construirmos uma base saudável e sólida para uma forte e coerente campanha eleitoral em 2010. Queremos que em 2010 tenhamos grande expressão eleitoral, mas sabemos que isso só terá um resultado significativo se for expressão de uma luta travada no cotidiano dos trabalhadores, enfim, se representar um avanço dos trabalhadores contra o capital.</p> <p>77. Entendemos que o nome da companheira Heloísa Helena deva ser colocado na Frente de Esquerda como melhor opção de candidatura à presidência, sempre vinculado ao programa, táticas e estratégia classistas e socialistas e sob controle democrático da base do partido e da Frente.</p>	<p>11. O objetivo do PSOL nas eleições de 2010, além de buscar ampliar nossa representação parlamentar, deve ser o de se consolidar enquanto alternativa programática e de esquerda. A defesa de um programa para o Brasil deve funcionar como uma ferramenta para o fortalecimento de um novo campo social e político, identificado com os principais eixos deste programa, com expressão organizada nos movimentos sociais, populares, estudantis, sindicais e na intelectualidade crítica. Para além do calendário eleitoral, este campo deve ter a mobilização social como eixo permanente da luta dos diversos setores explorados e oprimidos pelo capitalismo.</p> <p>33. As eleições de 2010 tendem a ser marcadas pela dificuldade de diferenciação entre as forças políticas dominantes e pela aparente inevitabilidade do modelo corrente. Representantes do PT e do PSDB devem partir para ataques pessoais e verbalização de números de cada uma das respectivas gestões, na luta pela legitimação pública como melhor gerente de um projeto que é fundamentalmente o mesmo. Nesse contexto eleitoral de falsa polarização, permanecerá a total falta de horizonte para a solução dos problemas estruturais do país.</p> <p>34. É nessa conjuntura que o PSOL deve assumir um papel que até agora relegou a segundo plano, se apresentando como representante de outra saída para a crise, em que os trabalhadores não paguem os custos, e em que ao mesmo tempo seja iniciado o processo de superação das desigualdades e injustiças sociais e ambientais que assolam o país e a construção de um outro modelo de civilização.</p> <p>35. Nesta perspectiva, a candidatura presidencial do PSOL, além de expressar este programa, deve buscar estabelecer um amplo diálogo com os movimentos sociais, a intelectualidade crítica, a classe trabalhadora e os setores médios na perspectiva de retomarmos a mobilização social, para além do calendário eleitoral, em torno de lutas concretas de transformação do Brasil. O reconhecimento público conquistado pela companheira Heloísa Helena, expresso inclusive nas pesquisas de opinião para a presidência da República, constitui-se em um patrimônio coletivo do partido e nos possibilita dar maior visibilidade nacional para a defesa de um programa desta natureza. No entanto, o PSOL também tem outros militantes aptos a assumir – política, ideológica e eleitoralmente – a candidatura nesta perspectiva.</p>	<p>29. No momento atual em que se aguça a disputa entre os dois principais partidos do bloco de poder (PT e PSDB), com a antecipação do calendário eleitoral com Dilma e Serra procurando polarizar as eleições de 2010, o PSOL deve apresentar e construir uma plataforma comum para enfrentar a crise. E deve disputar nos movimentos sociais e no movimento sindical com a influência das entidades do governismo que, ao precisarem poupar o governo da crise, não poderão alertar os trabalhadores de sua gravidade. Isso torna necessário para o PSOL e as forças de esquerda a apresentação de uma candidatura alternativa de esquerda para apresentar uma plataforma de mudanças para enfrentar a crise.</p>

VIII - A DISPUTA ELEITORAL DE 2010

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas <i>(encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)</i>	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista <i>(encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)</i>	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade <i>(encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)</i>
<p>4. Sem Lula desde 1989. Sem Lula e sem que o PT tenha um substituto com peso de massas, o PT tentará usar o prestígio de Lula para fazer crescer o candidato que escolher, com Dilma sendo até agora a escolhida. O outro polo de poder burguês que disputa são os tucanos. Em verdade o PSDB tem sua política mais ou menos resolvida com a candidatura Serra, tendo o DEM como apoio garantido. Os dois blocos, dirigidos pelo PT e PSDB, respectivamente, disputam o poder burguês. Mas há um enorme espaço à esquerda na disputa pela consciência das massas.</p> <p>5. O PSOL precisa se postular como alternativa, no terreno da ação direta, nas greves, marchas e nas eleições. Ser parte ativa de todas as lutas, atuando, divulgando, prestando solidariedade. Este é um palco privilegiado da construção de uma alternativa e da construção do partido. Ao mesmo tempo, desde já, em 2009 e 2010 o partido deve se preparar para importantes desafios eleitorais. O nome de HH tem força nas pesquisas.</p>	<p>37. As eleições de 2010 terão um sentido especial, por serem as primeiras, após a “redemocratização” no país, que não contarão com a participação de Lula. Considerando o cenário de crise e debate sobre o futuro, a conjuntura para uma afirmação do socialismo e debate político-ideológico entre as massas certamente estará mais palpável, pois muitos trabalhadores vitimados, pela crise, serão mais receptivos a um programa que aponte para uma alternativa anticapitalista. A questão que se impõe então é: quais serão os parâmetros programáticos e de perfil para essa disputa.</p> <p>38. Do ponto de vista dos objetivos do PSOL, o pleito de 2010 deve ser encarado como um momento tático para acumular forças, disputar a consciência da maioria da população do país, estimular e intensificar uma política de alianças com os explorados e suas representações políticas e sociais que estiverem fora do domínio dos dois blocos dominantes (PSDB-DEM, de um lado, e Lula, PT e sua base de sustentação), além de introduzir o debate sobre um programa que responda verdadeiramente à crise. Na atual conjuntura mundial e nacional, o centro programático e de perfil do PSOL deve ser o do partido que apresenta uma resposta dos trabalhadores para a crise e estimula sua auto-organização para a luta.</p>	<p>80. O partido deve realizar todo o trabalho político e organizativo para que nossa candidata a presidente seja a companheira Heloísa Helena, compreendendo, inclusive, que apesar de todas as dificuldades criadas na luta política da esquerda socialista pela traição lulo-petista, apesar de toda a cooptação corruptora levada a cabo nos movimentos sociais, do boicote e do sujo combate, explícito e consciente, que a mídia implementa contra o PSOL e contra Heloísa, ela aparece de forma surpreendente em todas as pesquisas. Fato que demonstra que pode não ser tão fácil a realização do desejo do capital, que quer reduzir as eleições presidenciais à disputa entre os dois iguais, Serra e Dilma.</p> <p>81. É fundamental destacar a importância das eleições parlamentares especialmente para deputados federais. É decisivo para a acumulação de forças do PSOL e de nosso projeto revolucionário que ampliemos nossa representação parlamentar nos estados e principalmente no Congresso Nacional. Com este propósito, é preciso combinar a campanha nacional com a hierarquia necessária para as disputas nos estados, buscando explorar de maneira positiva todas as possibilidades que nos permitam romper o isolamento e conquistar vitórias. Assim, é importante destacar as experiências de Porto Alegre e Macapá, além do fato de que para as eleições de 2010 não haverá verticalizações. Isto permitirá manobras táticas que precisam ser discutidas abertamente no partido.</p>



IX - LINHAS GERAIS DE UM PROGRAMA PARA O BRASIL

IX - LINHAS GERAIS DE UM PROGRAMA PARA O BRASIL

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil <i>(encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)</i>	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo <i>(encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)</i>	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate <i>(encabeçam o apoio Babá e Sílvia Santos, CST)</i>
<p>21. Começar imediatamente a elaboração de um programa alternativo ao discurso dominante, capaz de dar uma saída para a crise na perspectiva dos interesses dos trabalhadores, que envolva os movimentos sociais, com respostas imediatas às demandas do nosso povo, e que seja sustentável na correlação de forças capaz de ser estabelecida nesse período político, também é tarefa já para 2009.</p> <p>15. É necessário também considerar a ampliação de uma espécie de "classe média urbana", de extração popular, com forte peso eleitoral e de opinião nas cidades grandes e médias do país. Para este segmento, questões concretas como fortalecimento da seguridade social e da previdência social, que reconquistem as condições e direitos introduzidos pela constituição de 1988, eliminando-se a DRU e o fator previdenciário, e lutar para a implantação de uma seguridade social (incluindo a previdência) que seja única, universal e pública, segurança pública, direitos do consumidor e políticas públicas de emprego, qualificação pela educação, programas de acesso à casa própria, transporte de massa, meio ambiente e urbanismo (coleta de lixo, iluminação, áreas coletivas de lazer) são cada vez mais importantes. O papel do Estado - articulado nas instâncias municipal, estadual e federal - na implementação dessas políticas volta a ser valorizado, na direção oposta do declinante ideário neoliberal. É muito provável que na disputa nacional de 2010 essas questões imediatas, do viver cotidiano, estejam bem presentes.</p>	<p>23. Constituem-se novos valores e culturas de organização coletiva de luta pela transformação da sociedade e pela construção do socialismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Abaixo o projeto neoliberal e seus representantes em todas as esferas de poder;</i> • <i>Não pagamento da dívida interna e externa;</i> • <i>Por reforma agrária e urbana, sob controle dos trabalhadores;</i> • <i>Contra o sucateamento dos serviços públicos;</i> • <i>Pela Reestatização da Vale do Rio Doce, EMBRAER e das empresas de energia;</i> • <i>Contra a privatização da exploração, refino e distribuição da produção petrolífera;</i> • <i>Pela estatização dos bancos e do sistema financeiro;</i> • <i>Contra as reformas: trabalhista, sindical, previdenciária e universitária;</i> • <i>Contra a devastação ambiental principalmente na floresta amazônica;</i> • <i>Por um governo dos trabalhadores e em defesa do socialismo;</i> • <i>Em defesa da elevação dos gastos em Educação para 1% do PIB;</i> • <i>Contra a Reforma Universitária Neoliberal do Governo Lula.</i> 	<p>17. No entanto, sem diminuir a importância da luta contra o regime, não temos dúvida que o eixo a articular toda a política do partido é o chamado à mobilização, partindo de cada luta existente, contra as diversas medidas econômicas e para evitar que a crise seja paga pelo povo. (...) Os eixos deliberados em dezembro, pela Executiva Nacional do PSOL, são o marco para desenvolver nosso perfil de oposição de esquerda ao governo, apresentar um plano alternativo e ajudar na mobilização. Devemos agregar uma campanha contra o FMI e o "empréstimo" ao Fundo. Contra o pagamento dos juros da dívida e de apoio e impulso à CPI, criada por iniciativa do PSOL, com a defesa de auditoria, apoiando-nos no exemplo do Equador. Fazendo contraponto à política de Lula de justificar as demissões e declarar que "não é momento de lutar por salários" nosso partido deve ser ferrenho defensor da luta contra as demissões e por salário.</p>

IX - LINHAS GERAIS DE UM PROGRAMA PARA O BRASIL

<p>4. Colocar o socialismo na ordem do dia (<i>encabeçam o apoio</i> Erico Correa e Neida Oliveira, BRS)</p>	<p>5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil (<i>encabeçam o apoio</i>, em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)</p>	<p>6. Novos tempos para o PSOL (<i>encabeçam o apoio</i> Ivan Valente e José Nery, APS)</p>
<p>58. O PSOL, portanto, tem a tarefa de apresentar aos trabalhadores em geral e aos movimentos organizados um programa socialista de emergência contra a crise do capitalismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Nenhuma demissão, estabilidade no emprego e imediata reintegração de todos os demitidos!</i> • <i>Não à armadilha de trocar direitos e salários por emprego! Não à contra-reforma da legislação trabalhista e aos acordos de cúpula que aceitam a retirada de direitos!</i> • <i>Redução da jornada de trabalho sem redução de salário! Trabalhar menos para que todos trabalhem!</i> • <i>Abertura das contas das empresas que ameaçam demitir! Que o governo estatize essas empresas e passe seu controle e gestão para os próprios trabalhadores ao invés de repassar recursos públicos aos patrões!</i> • <i>Reestatização com controle dos trabalhadores da Vale do Rio Doce, da Embraer e de todas as empresas estratégicas que foram privatizadas! Estatização plena do setor petrolífero!</i> • <i>Por um Plano estatal de obras públicas e investimentos sociais, em infraestrutura e moradia popular (como parte de um reforma urbana global) para gerar emprego e garantir desenvolvimento econômico social e ecologicamente sustentável.</i> • <i>Auditória e suspensão do pagamento da dívida interna e externa aos grandes capitalistas! Bloqueio e confisco do capital especulativo e da remessa de lucros ao exterior. Punição exemplar dos especuladores que atentaram contra a economia popular! Estatização dos bancos sob o controle dos trabalhadores!</i> • <i>Mais verbas para educação, saúde e os serviços públicos! Não aos cortes de gastos planejados pelos governos para os serviços públicos e investimentos! Cumprimento dos acordos salariais e trabalhistas em geral feitos com o funcionalismo!</i> • <i>Seguro-desemprego ampliado para 2 anos, passe-livre de transporte, distribuição de cestas-básicas, anistia das dívidas, proibição de despejos para inadimplentes e isenção de tarifas, taxas e impostos a todos os desempregados!</i> • <i>Em defesa da aposentaria. Por uma previdência pública garantida a todos os trabalhadores. Estatização da aposentadoria privada beneficiando os trabalhadores e punindo os especuladores. Contra novas reformas privatistas da previdência. As aposentadorias não podem ficar à mercê do cassino global.</i> • <i>Reforma agrária ampla sob controle dos trabalhadores. Garantia de crédito e condições de produção para os assentados. Estatização com controle dos trabalhadores sobre as grandes empresas do agronegócio e reversão de sua produção para atender aos interesses da população como parte de um planejamento elaborado e gerido pelos trabalhadores organizados.</i> • <i>Não à criminalização dos movimentos sociais e da luta dos trabalhadores! Readmissão de todos os ativistas perseguidos e garantia de organização sindical e popular.</i> 	<p>8. O fortalecimento do Estado enquanto indutor de um novo modelo de desenvolvimento, que aponte para a construção do socialismo, pressupõe o estabelecimento de mecanismos de controle público efetivo sobre a propriedade e os recursos públicos, garantindo, por exemplo, o cuidado e o acesso universal aos bens comuns (terra, água, ar, biodiversidade, conhecimento) e a preservação do meio-ambiente. Trata-se de um modelo de transição que inverta valores e prioridades, pondo fim à supremacia do mercado e do consumismo compulsivo e buscando o bem-estar geral da sociedade.</p> <p>9. Responder a esta conjuntura buscando a unidade de amplos setores sociais em torno de um novo projeto político e social é o maior desafio que teremos enquanto partido no próximo período. Para enfrentá-lo, o PSOL precisa não só reorientar sua política, dando prioridade ao enfrentamento da crise em todas as suas dimensões, mas também se fazer presente em todas as lutas de resistência do povo, fortalecendo seu enraizamento social e dando maior impulso ao processo de reorganização da esquerda e dos movimentos sociais e sindicais.</p> <p>28. Um novo modelo civilizatório deve estar baseado em um socialismo <i>radicalmente democrático</i> – em que a organização institucional é reformulada de forma a que as próprias funções de gestão do público se pulverizem e se enraizem na sociedade, em que a participação popular não se restrinja ao voto, mas seja parte constitutiva dos processos de planejamento e execução das políticas públicas; <i>socialmente justo</i> – que não reproduza esquemas de concentração de riqueza, garanta a sobrevivência digna de todos e seja incorpore os avanços tecnológicos para o bem-estar comum, reduzindo a jornada de trabalho ao mesmo tempo em que amplia a riqueza social; <i>ecologicamente sustentável</i> – preocupado com a reprodução da vida no planeta, direcionado à produção das necessidades dos seres humanos em consonância com as possibilidades e limites da biosfera global e local; <i>ativamente internacionalista</i> – assumindo a responsabilidade na estruturação de um desenvolvimento regional sob bases igualitárias, que garanta o respeito à diversidade e a integração ampla dos povos, de modo que o encontro de suas riquezas histórico-culturais amplie o bem-estar comum em termos não só econômicos, mas também sociais, políticos e ambientais; e <i>essencialmente humanista</i> – desenvolvendo espaços culturais e práticas educacionais que promovam o desenvolvimento humano e a liberdade, incorporem a diversidade e respeitem os diversos grupos étnicos e religiões, afirmando plenamente seus direitos. Esse é o horizonte comum que devemos divulgar e debater na sociedade, para que ele se torne um desejo público e seja visto enquanto uma necessidade social.</p>	<p>17. Temos ainda que afirmar que nossa concepção de programa traz consigo a ideia de Programa Movimento, isto é, um programa que só assume viabilidade pela via da luta e mobilização social. Aí está uma questão crucial: não é um programa para ser implementado “a frio” e pela estrutura tecnocrática do Estado com alianças ao centro e pela direita. O caráter democrático e popular do Programa do PSOL assume nas condições da realidade brasileira profunda radicalidade por ser antiimperialista, antimonopolista, e antilatifundiário e só pode ser implementado com força social de mudança que o impulse de baixo para cima.</p> <p>18. A construção de um Estado democrático e forte é um dos eixos de nossa proposta programática que tem como objetivo ampliar suas capacidades e forças em sua relação com o mercado e subjugando-o. Romper com os parâmetros da atual política econômica cujo centro é atender os interesses do capital financeiro (superávit primário, câmbio, taxa de juros etc.) e desenvolver políticas para afirmar a soberania nacional e “latinoamericanizar” o Brasil é um princípio programático para o PSOL. Auditar as dívidas interna e externa de modo a discernir o endividamento com legitimidade social daquele endividamento criminoso e vil com a conseqüente suspensão do pagamento da dívida; reconstruir a presença do Estado brasileiro como agente indutor e fomentador do desenvolvimento nacional, estatizando setores estratégicos como o financeiro e revendo as privatizações a exemplo da Vale do Rio Doce; defender a Amazônia como elemento de nossa soberania; fazer a reforma agrária que além de corrigir injustiças, e de seu alcance social é em si elemento do modelo econômico a ser adotado; defender e aprofundar a implantação de políticas sociais como direito do cidadão e de abrangência universal na área de saúde, saneamento, habitação, transporte e educação como exemplos e que assegurem o direito à cidade. Uma nova estrutura tributária que viabilize o financiamento do desenvolvimento nacional com justiça tributária. Enfim, um programa que sem a pretensão de ser acabado dialogue com o conjunto do povo e coloque o partido enquanto espaço concreto e real do fazer político da classe trabalhadora e aglutine força para transformá-lo em realidade.</p>

IX - LINHAS GERAIS DE UM PROGRAMA PARA O BRASIL

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas (encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista (encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade (encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)
<p>59. Necessitamos de um programa para melhorar a vida da maioria do povo, cujo eixo seja a mobilização social e a defesa de medidas para erradicar a fome, a miséria, o abandono da saúde e da educação pública, e conquistar uma verdadeira e definitiva independência nacional, integrando o Brasil com os países da América Latina e do Caribe. Também se trata de avançar na construção da infra-estrutura, na urbanização e na industrialização do país, todavia incompletas, como mostra a brutal carência habitacional e a pauta de exportações assentadas ainda em <i>comoditties</i>.</p> <p>60. Neste sentido, um dos novos desafios agora é romper com a dependência e subordinação do país em relação ao imperialismo. Esta hipótese se abriu. Não queremos dizer que se realizará, mas que está posta a luta pela sua realização como uma tarefa necessária historicamente e reforçada pela conjuntura de crise aberta no mundo e no Brasil.</p> <p>61. Cabe, então, a elaboração de uma plataforma para o país. Esta plataforma deve estar cruzada por uma exigência e necessidade: o controle democrático e público sobre a economia e a política. Sem o controle democrático e a mobilização permanente da sociedade, única garantia deste controle efetivo, a sociedade está subjugada pelos interesses das grandes empresas capitalistas e dos políticos, juízes, jornalistas a seu serviço. Mas o programa democrático de mudanças deve partir da defesa do nível de vida de nosso povo, duramente atingido.</p> <p>107. Há setores do PSOL que seguem reivindicando o programa democrático-popular ou seu método. São setores que reivindicam e praticam a luta popular e socialista, mas que não tiraram as conclusões do equívoco do núcleo político do programa democrático e popular, o elo entre este programa e a capitulação do PT. Queremos convencê-los a abandonar de uma vez por todas esta estratégia equivocada e a assumirem definitivamente de forma mais coerente um programa de ruptura revolucionária.</p>	<p>23. Nosso programa, embora possa valer-se de uma ou outra bandeira outrora incorporada pelos Estados nos tempos de Roosevelt e Keynes, deve ser contundente na denúncia do capitalismo e da falácia representada pelas variantes rooseveltianas e nekeynesianas na atual realidade de capital monopólico, financeirizado. Não só por compreender tais programas como instrumentos de salvação do capital (como o foram de forma explícita), mas também (1) pela impossibilidade real de sua aplicação neste início de século XXI, uma vez que foram saídas resultantes de conquistas dos trabalhadores numa outra correlação de forças entre as classes, numa etapa do capitalismo ainda em grande medida industrialista; e (2) por sua ineficácia para oferecer uma saída tanto para a crise de hoje, porque não recuperam a demanda no longo prazo, quanto para os sofrimentos e retrocessos da humanidade sob o sistema do capital — porque mesmo quando faz crescer a economia, como no recente ciclo 1973-2007, o capitalismo só faz alargar as desigualdades, a fome, a destruição ambiental, as guerras, as opressões étnicas, culturais e de gênero.</p> <p>24. Um projeto de programa de poder para os trabalhadores, de ruptura com o sistema que ameaça a existência da humanidade, em particular num momento de crise histórica, deve articular, de um lado, uma proposta de radical desmercantilização da vida social (o que pressupõe um horizonte estratégico socialista) e, de outro, respostas às demandas imediatas, às vezes setoriais e defensivas da classe trabalhadora, capazes de mobilizá-la, das quais deve partir para tornar compreensíveis e realizáveis as bandeiras mais estratégicas e mais globalizantes. Ao mesmo tempo em que não pode ser economicista nem corporativo.</p> <p>25. Um projeto de programa socialista deve superar as limitações do programa democrático-popular, uma vez que este parte da ilusão de que é possível a realização de tarefas democráticas, antimonopólicas e antiimperialistas pela mera direção formal do estado, sem uma ruptura radical nas formas de propriedade e no controle dos meios de produção. Esta visão programática teve como consequências a subordinação das lutas e ações diretas à estratégia institucional, a separação da luta econômica da luta política (transformando a luta política cada vez mais na sua caricatura eleitoral), e a aliança com partidos e setores das classes dominantes, supostamente necessários para somar forças no cumprimento das tarefas democráticas e antiimperialistas.</p>	<p>84. Afastamo-nos do radicalismo formal, estéril para o diálogo com as amplas massas, e buscamos as idéias chave para colocar em movimento forças que podem sustentar o desenlace das principais contradições da sociedade brasileira, sem cair nas tentações esquerdistas e auto proclamatórias que, aparentando força e convicção ideológicas, padecem de credibilidade e fazem de seus porta-vozes presas fáceis para os cães de guarda do regime. Ao contrário disso, queremos mostrar que através de um processo de acumulação de forças é possível vencer, implementar mudanças que resolvam os principais problemas vivenciados pelo povo e derrotar as forças predatórias e golpistas do grande capital.</p> <p>85. Nosso principal objetivo é colocar em movimento forças que se alimentem de seu próprio caminhar, como uma revolução permanente que começa na busca pelo pão e no seu desenvolvimento revela que pode chegar ao cume, à vizinhança dos astros.</p> <p>108. Propomos que este programa seja denominado “As quatro grandes reformas”:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforma da Educação: Objetivos centrais – acabar com o analfabetismo, implementar escolas em tempo integral com alto padrão de qualidade em todo o país, para a pré-escola e o ensino fundamental, universalização da Universidade Pública Gratuita e de Qualidade. - Reforma da Saúde: Objetivos centrais – universalização real dos serviços públicos de saúde e combate efetivo às endemias. - Reforma Urbana: Objetivos centrais – 100% do saneamento básico, fim do déficit habitacional, plano nacional de transporte público de massas. - Reforma Agrária: Objetivos centrais – Assentamento de 4 milhões de famílias, política agrícola verdadeira para os assentados, estímulo à produção coletiva e elevação do padrão produtivo da reforma agrária com novas tecnologias ambientalmente e financeiramente sustentáveis.

2 CONGRESSO NACIONAL DO

UMA ALTERNATIVA CONTRA A CRISE

PSOL

21, 22 e 23
de AGOSTO
SÃO PAULO - SP

SOCIALISMO
E LEGISLAÇÃO

X - AS ALIANÇAS

X - AS ALIANÇAS

1. Possibilidades do PSOL nos desafios por um Novo Brasil <i>(encabeçam o apoio Chico Alencar e Eliomar Coelho, independentes)</i>	2. PSOL na luta com os trabalhadores para construir o socialismo <i>(encabeçam o apoio Leandro Recife e Aldo Santos, ALS)</i>	3. Em defesa do PSOL democrático, classista e de combate <i>(encabeçam o apoio Babá e Silvia Santos, CST)</i>
<p>23. Devemos buscar, com princípios mas com flexibilidade, possibilidades de alianças nos estados a partir das realidades locais e das contradições que possam existir entre setores de partidos que nacionalmente estejam fora do nosso arco de alianças, mas que localmente possam configurar alianças sustentáveis, a exemplo do ocorrido em Porto Alegre e em Macapá, nas eleições municipais.</p> <p>20. Afirmar já no II Congresso a candidatura de Heloísa Helena é fundamental para recuperarmos o tempo e o espaço já perdidos na preparação desse confronto. Construir chapas competitivas nos estados, buscando até 30 de setembro a filiação de lideranças de movimentos sociais, intelectuais e personalidades da sociedade que possam reforçar o partido para as disputas nos estados (e dar maior sustentação à candidatura de Heloísa) é tarefa para já.</p>	<p>26. Há necessidade de reeditarmos uma política de alianças que tenha como marco de negociação o nosso programa e que inclua os partidos que compuseram a Frente de Esquerda em 2006 (PSTU e PCB), dialogando com os movimentos organizados pelos trabalhadores no campo sindical, popular, estudantil e demais movimentos sociais, nos marcos dos princípios históricos da classe trabalhadora.</p> <p>27. O partido deve decidir pelo lançamento de candidaturas próprias majoritárias e proporcionais nas próximas eleições, em nível nacional e no âmbito dos estados, podendo abrir exceções para os outros partidos da Frente apenas em Estados onde a composição sem a cabeça de chapa seja aprovada pelo diretório nacional do partido.</p>	<p>21. Este Congresso tem a tarefa de evitar o aprofundamento de um novo projeto, essencialmente eleitoral e de natureza frente-populista ou de conciliação de classes, de abandono do caráter classista do partido.</p> <p>22. Já nas eleições de 2008 foram aprovadas alianças com partidos da base governista - PV em Porto Alegre e PSB em Macapá, entre outras - com partidos oportunistas, em diferentes municípios. Em janeiro, quando a bancada tinha oportunidade de se apresentar como uma força independente do pântano do Congresso, acabou votando em Aldo Rebelo para Presidente da Câmara e Tião Viana para o Senado. Só que tanto Aldo como Tião são governistas e também figuram, pessoal ou partidariamente, entre os que se locupletam com os privilégios rechaçados pelo povo.</p>

X - AS ALIANÇAS

4. Colocar o socialismo na ordem do dia (<i>encabeçam o apoio</i> Érico Correa e Neida Oliveira, BRS)	5. Uma alternativa popular, ecológica e socialista para o Brasil (<i>encabeçam o apoio</i> , em ordem alfabética, Ademar Palhinha e Adrianon Trindade, ENLACE)	6. Novos tempos para o PSOL (<i>encabeçam o apoio</i> Ivan Valente e José Nery, APS)
<p>74. Defendemos que a candidatura do PSOL à presidência em 2010 seja expressão da luta de todos os setores da classe. O PSOL tem a obrigação de reeditar uma Frente de Esquerda, com um perfil de independência de classe e anti-capitalista, buscando coligações com PSTU e PCB. Deve ter como prioridade estabelecer diálogo com os movimentos sociais combativos, como os sindicatos e movimentos que estão participando na construção da nova central.</p> <p>75. Deve ainda dialogar com o MST, Consulta Popular e outros setores não envolvidos diretamente na construção da nova central, chamando-os a construir conjuntamente ou a apoiar um projeto alternativo dos trabalhadores que seria apresentado nas eleições através de uma candidatura com um programa anti-capitalista e socialista.</p>	<p>36. O II Congresso do partido deverá aprovar as bases de um programa para o Brasil e o melhor nome para representá-lo nas eleições presidenciais de 2010, como forma de ocuparmos, desde já, o maior espaço à esquerda que está sendo aberto por esta nova conjuntura de crise. As demais candidaturas proporcionais e majoritárias do PSOL também devem estar comprometidas com a defesa desse programa, garantindo uma manifestação unitária do partido no conjunto dos estados. A campanha eleitoral será parte do esforço do PSOL para impulsionar um novo bloco de forças, fortalecendo a perspectiva de reorganização da esquerda socialista brasileira.</p> <p>43. Para cumprir o papel que lhe cabe, o PSOL deve reforçar seus vínculos com os movimentos sociais, buscar representá-los da maneira mais coerente, assumir a postura mais unitária, impulsionar da forma mais consequente suas lutas. Deve também, tanto na sua vida cotidiana quanto nas disputas eleitorais, mostrar-se capaz de se colocar na dianteira na abordagem de questões programáticas de importância fundamental (ecologia, direitos humanos, conhecimento livre, luta feminista, luta contra o racismo, lutas da juventude). Deve também reforçar seu caráter internacionalista, especialmente seus vínculos com os processos em curso na América Latina.</p>	<p>38. Se o partido conseguiu apresentar candidaturas em mais de 400 cidades foi porque uma visão de partido de massas foi se consolidando e tornando-se majoritária. Infelizmente, em alguns estados futuros militantes ainda são impedidos de ingressar no partido ou precisam passar por sabatinas e testes ideológicos para serem incorporados às nossas fileiras.</p> <p>39. Este II Congresso deve consolidar a vocação do PSOL como partido socialista, de massas, democrático e profundamente enraizado nas lutas do povo brasileiro. De massas, porque devemos consolidar o partido como referência de luta e de coerência para milhões de brasileiros, sem a qual não haverá possibilidade de efetivar as transformações necessárias na vida nacional. Para alcançar este objetivo é necessário combinar a luta social com a luta institucional.</p>

X - AS ALIANÇAS

7. Postular o PSOL como alternativa para disputar a influência de massas (encabeçam o apoio Luciana Genro e Mário Agra, MES)	8. Um partido militante para um Brasil dos trabalhadores e socialista (encabeçam o apoio Plínio de Arruda Sampaio e Raul Marcelo, CSOL)	9. Construir o poder popular em direção ao socialismo e à liberdade (encabeçam o apoio Martiniano Cavalcante e Jeffersson Moura, MTL)
<p>43. O grave problema é que a negação, a indignação, a crítica, não têm uma correspondência pela positiva, com fortalecimento da auto-organização ou a construção de fortes instituições populares e do movimento operário e juvenil. A superestrutura do movimento de massas, ao defender o governo Lula, dificulta esta construção de um processo independente e pela base. A falta de um ascenso de massas não cria a necessidade da organização de modo mais claro. Assim, o processo eleitoral do regime democrático - processo este, vale lembrar, conquistado pela luta popular e não doado de mãos beijadas pela classe dominante - segue sendo o principal momento e lugar de disputa política e de construção de alternativas políticas. Neste terreno, com todas as dificuldades, o PSOL tem um trunfo que a burguesia não esperava que continuasse com o peso de massas: Heloísa Helena.</p> <p>51. Disputar o poder significa ter política para todo o momento. Significa ter peso eleitoral e político. Ter força dentro dos movimentos sociais, ter inserção nos grandes batalhões operários e nas grandes favelas, respaldo entre intelectuais e artistas, peso no ambiente acadêmico. Ter bancadas de parlamentares socialistas. Ampliar os contatos dentro do aparelho de Estado, entre setores intermediários do poder judiciário, no exército, na polícia. Multiplicar os “tribunos do povo”.</p>	<p>41. É preciso começar a construir desde já o programa, o perfil partidário e as condições que permitam uma grande e ampliada frente de esquerda com o PCB, PSTU e com os movimentos sociais e populares para 2010. Esta preparação impõe: a necessidade de apresentar um programa frontalmente anticapitalista, que tenha como eixo a resposta à atual crise, partindo da sua denúncia do capital e das políticas governamentais de salvação do sistema; (b) afirmar uma política de alianças ampla na direção das representações da classe trabalhadora, além de reeditar a frente partidária de esquerda, com o PCB e o PSTU; (c) construir o programa e o perfil de candidaturas em profunda vinculação com as ações da classe trabalhadora e com as demandas e debates do próprio movimento; (d) ter como foco, na disputa eleitoral, a afirmação de um projeto de poder dos trabalhadores, sustentado na auto-organização dos assalariados e explorados; e (e) afirmar o PSOL como protagonista e aglutinador de uma saída anticapitalista e socialista.</p>	<p>82. Defendemos que, sob o espírito da política de aliança votada em nossa conferência nacional eleitoral de 2008, procuremos construir um leque de alianças nos estados que facilite a ampliação da bancada de deputados federais do PSOL: esta é uma tarefa estratégica prioritária.</p> <p>78. As eleições de 2010 adquirem uma importância extraordinária devido à crise mundial e ao acúmulo que realizamos nas eleições de 2006 em torno do nome da companheira Heloísa Helena. É a continuidade de um processo que traduz toda sua simbologia no programa entendido como ideias políticas e no papel que os indivíduos desempenham na luta eleitoral. Neste sentido, a combinação do cenário de crise econômica que nos permite externar em condições muito mais favoráveis nossa ideia de mudanças para o Brasil, com as eleições de 2010, resulta na inevitável conclusão de que o nome da companheira Heloísa Helena é o único capaz de levar a bom termo esta tarefa e fazer avançar a consolidação e o acúmulo de forças desse projeto.</p>

